



Universidade Estadual de Maringá  
Mestrado Profissional em Ensino de  
História



**ROSÂNGELA SANTOS ROMANO**

**SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA: A  
IRMANDADE DA BOA MORTE. BAHIA - SÉCULO XIX - uma  
proposição de formação antirracista para docentes de história por  
meio de aula oficina**



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



**ROSÂNGELA SANTOS ROMANO**

**SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA: A  
IRMANDADE DA BOA MORTE. BAHIA - SÉCULO XIX- uma  
proposição de formação antirracista para docentes de história por  
meio de aula oficina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA-UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Isabel Cristina Rodrigues.

Maringá, PR  
2024



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



**ROSANGELA DOS SANTOS ROMANO**

Aprovado em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE em Ensino de História.

### BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Isabel Cristina Rodrigues  
(Orientadora)  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profº. Drº. Luciana de Fátima Marinho  
Evangelista  
Universidade Estadual Paulista – Unesp –  
Campus de Assis/SP

Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves  
Universidade Estadual de Maringá - UEM



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



### AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse é a realização de um sonho. Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, na figura da minha mãe, Maria Margarida, que sempre acreditou em mim e no meu potencial. Ao meu marido, Alessandro Romano, que não só me incentivou a cursar o mestrado, como também me acompanhou em todos os momentos desse projeto, me apoiando até em viagens que precisava fazer. Você nunca me deixou só, amor. Te amo muito. À minha afilhada, filha afetiva, Raissa Romano, que foi a grande motivadora desse movimento de retomar os estudos. Ela, que é antropóloga, dedica sua vida à produção de conhecimento acadêmico na Universidade de Brasília, através de seu doutorado. À minha irmã, Rosina Romano, que amo tanto, e que nos presenteou também, além de Raissa, com Fernanda e Rodrigo, meus grandes amores, meus sobrinhos e motivo de orgulho. Agradeço também à minha orientadora, Isabel Cristina Rodrigues, que nunca soltou minha mão, mesmo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Não posso deixar de agradecer aos homens e mulheres intelectuais negros que, com muita força e brilhantismo, apresentam ao mundo a grandiosidade dos diversos movimentos de valorização da cultura africana e afro-brasileira, resistindo e existindo. Às Irmãs da Boa Morte, sem essa história tão rica e preciosa, não poderia realizar este trabalho.

Agradeço às minhas irmãs que a vida me deu: Gabriela Fabris, com você descobri que podia ir mais longe; sempre esteve por perto durante muitos dos meus conflitos, me dando o suporte emocional e me motivando a crer em mim, até mesmo quando eu não acreditava; Carolina Borges, entramos nessa empreitada juntas, você, maravilhosamente com seu conhecimento, apresentou à academia como fazer literatura e teatro com tamanha magnitude. Nós tivemos medo, mas fomos



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

com medo mesmo. Amo imensamente todos vocês que fazem parte de minha trajetória. Obrigada por tudo!





# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

*Dedicado à Voinha, Dona Nane. Fui buscar o conhecimento que o patriarcado lhe negou. Eternamente amarei a senhora, minha avó.*

ROMANO, Rosângela Santos. Sociabilidade e Resistências na História: A Irmandade da Boa Morte. Bahia – século XIX – uma proposição de formação antirracista para docentes de história por meio de aula oficina. Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória) Universidade Estadual de Maringá. 2024.

### Resumo

O ponto de partida deste trabalho de dissertação foi a identificação de um problema apontado pela prática docente nas aulas de História voltadas aos alunos do Ensino Básico, com especial foco na rede pública do Estado de São Paulo. Ao longo de dezesseis anos de atuação em um município do interior, observei que a História do Brasil, a partir da análise de materiais didáticos locais, era frequentemente relegada a um plano secundário, com destaque predominante para o eurocentrismo no ensino. Essa realidade também se refletia nos materiais da rede estadual, particularmente no currículo paulista, onde pude identificar os mesmos problemas.

Minha formação acadêmica, ocorrida na Bahia, foi um diferencial importante nesse processo. Desde o Ensino Básico, a História do Brasil era abordada de forma significativa em meu currículo, incluindo eventos históricos específicos da Bahia, como a Revolta dos Búzios, a Revolta dos Malês e a fundação da cidade de Salvador, com suas múltiplas dimensões históricas. Na Universidade, o acesso a profissionais altamente qualificados no ensino de História foi fundamental para a minha formação acadêmica de excelência, fornecendo-me uma sólida base teórica e metodológica que se revelou crucial para minha atuação posterior em São Paulo. Desse modo, emergiu a necessidade de abordar temas frequentemente negligenciados ou tratados de maneira insuficiente pelos materiais didáticos, incluindo os livros adotados nas escolas, tais como as diversas formas de resistência e sociabilidade do povo brasileiro ao longo da história de sua formação, no contexto da luta contra as inúmeras formas de opressão.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



A pesquisa realizada focou em problematizar as diferentes formas de sociabilização e resistência na sociedade brasileira do século XIX. O ponto de convergência desse estudo foi a análise dessas perspectivas a partir de marcadores sociais, raciais e de gênero. Para isso, foi necessário mergulhar na história das mulheres que compõem a Irmandade da Boa Morte, existente na cidade de Cachoeira, na Bahia, desde o referido século. Autoras como Lélia Gonzalez, uma das pioneiras no Brasil a estudar os atravessamentos patriarcais e raciais enfrentados pelas mulheres negras ao longo de séculos, foram fontes de inspiração para a elaboração desta dissertação. Nesse contexto, também foi possível destacar o papel da mulher negra na formação cultural do Brasil, abordando os diversos modos de rejeição e integração de seu papel (GONZALES, 1984, p. 226).

A proposta do estudo visa contribuir para a formação profissional docente, especificamente no que se refere ao conhecimento histórico, partindo de pressupostos antirracistas e reconhecendo a luta feminina como igualmente protagonista na construção da humanidade. Apesar da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, ainda persiste um longo caminho a ser percorrido quanto ao protagonismo das pessoas negras, especialmente das mulheres. A intelectual baiana Carla Akotirene, doutora em estudos de gênero, aponta os desafios interseccionais enfrentados pelas mulheres, que são inúmeros e contínuos. O epistemicídio da teoria feminista tem contribuído para o elevado índice de violência contra a mulher negra (AKOTIRENE, 2018, p. 41). Assim, o trabalho foi estruturado em várias etapas, detalhadas a seguir.

A primeira etapa expõe a escolha do tema e a formação pessoal que tive no entendimento da aliança com o antirracismo. Nesse momento, destaco que minha vivência na maior cidade fora do continente africano com maior população negra, que, apesar disso, apresenta uma desigualdade brutal com essa população, foi fator determinante para muitos questionamentos que busquei responder ao longo de anos de experiência e estudos, ciente de que sempre há algo novo a compreender e aprimorar.

Na segunda parte da pesquisa, é apresentada a fundamentação teórica sobre a história da Irmandade da Boa Morte, sua importância na luta contra o escravismo no século XIX, e elementos



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



que compõem a diversidade das práticas de sociabilidade e resistência da população negra. Autores como João José Reis são citados, dada sua relevância na compreensão das diferentes formas de vivência da sociedade soteropolitana no período colonial. Nessa etapa, observamos as formas constantes de invisibilização dos corpos negros ao longo dos séculos. Embora a população negra em Salvador fosse numericamente majoritária, especialmente na Cidade Baixa, ela se encontrava em uma posição subserviente, ocupando funções braçais ou consideradas socialmente inferiores. Suas práticas culturais eram desprezadas, e a liberdade religiosa, em especial as manifestações de fé de matriz africana, era proibida. O juiz de paz de Brotas, Antônio de Abreu Guimarães, dedicava parte significativa de suas atividades policiais à repressão de negros que, segundo ele, violavam a lei ao adorarem publicamente seus deuses (REIS, p. 31-32). Essa etapa também analisa a criação da Irmandade e seus processos de auxílio aos desamparados, destacando a atuação das mulheres no movimento antiescravista, como, por exemplo, na compra de alforrias.

A terceira etapa da dissertação apresenta uma análise do material didático utilizado na escola em que atuo, assim como do currículo paulista que deve ser seguido no Estado de São Paulo. Nessa fase, evidencia-se a ausência de temas relacionados ao protagonismo histórico negro no Brasil. Demonstrou-se também como práticas docentes focadas no conhecimento sobre o continente africano e as populações afrodescendentes, destacando os feitos dessas populações, foram amplamente assimiladas pelos alunos, que, em muitos casos, se sentiram empoderados com os conhecimentos adquiridos. A formação para uma educação antirracista se mostrou não apenas importante, mas essencial.

Na última etapa, apresento um modelo de formação profissional na modalidade de aula-oficina, com base nos ensinamentos da autora Isabel Barca. A proposta de capacitação de professores para a educação pautada no antirracismo é apresentada como uma das formas de enfrentamento aos danos históricos provocados pela sistematização do racismo. Além disso, o objetivo é garantir a implementação efetiva da Lei 10.639/03. A proposta enfatiza a necessidade de trabalhar as identidades dos alunos, a partir da formação de professores sensibilizados pelas demandas da comunidade escolar, em especial os alunos negros. O foco dessa capacitação, através de aulas-oficina, é proporcionar a formação de professores de História que, além de compreender os



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



princípios da educação antirracista, possam problematizar e buscar soluções para a reprodução do racismo no ambiente escolar e em outros espaços sociais. Além de transmitir esse conhecimento aos profissionais de ensino, o processo de sensibilização visa ajudar os professores a orientarem seus alunos na busca pelo conhecimento de histórias que muitas vezes não são abordadas nos livros didáticos.

Portanto, a expectativa é colaborar de maneira efetiva na capacitação de profissionais da educação e contribuir para a manutenção contínua dessas práticas de letramento antirracista e de valorização de outras histórias.

**Palavras-chave:** educação – ensino de história - antirracismo – letramento – sociabilidade – resistência





# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

### ABSTRACT

The starting point of this dissertation work was the identification of a problem pointed out by teaching practice in History classes aimed at Basic Education students, with a particular focus on the public network of the State of São Paulo. Over the course of sixteen years working in a municipality in the countryside, I observed that Brazilian History, when analyzed through local didactic materials, was frequently relegated to a secondary position, with a predominant emphasis on Eurocentrism in teaching. This reality was also reflected in materials from the state network, particularly in the São Paulo curriculum, where I was able to identify the same issues.

My academic background, which took place in Bahia, was an important differential in this process. Since Basic Education, Brazilian History had been addressed in a meaningful way in my curriculum, including specific historical events from Bahia, such as the Revolta dos Búzios, the Revolta dos Malês, and the founding of the city of Salvador, with its multiple historical dimensions. At the University, access to highly qualified professionals in History teaching was fundamental for my excellent academic training, providing me with a solid theoretical and methodological foundation that proved crucial for my subsequent work in São Paulo. Thus, the need arose to address themes that were often neglected or inadequately treated by didactic materials, including the books adopted in schools, such as the various forms of resistance and sociability of the Brazilian people throughout the history of their formation, in the context of the struggle against the numerous forms of oppression.

The research focused on problematizing the different forms of sociability and resistance in Brazilian society in the 19th century. The point of convergence of this study was the analysis of these perspectives from social, racial, and gender markers. For this, it was necessary to delve into



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



the history of the women who made up the Irmandade da Boa Morte, which has existed in the city of Cachoeira, Bahia, since the aforementioned century. Authors such as Lélia Gonzalez, one of the pioneers in Brazil to study the patriarchal and racial intersections faced by Black women over the centuries, were sources of inspiration for the development of this dissertation. In this context, it was also possible to highlight the role of Black women in the cultural formation of Brazil, addressing the various modes of rejection and integration of their role (GONZALES, 1984, p. 226).

The aim of this study is to contribute to the professional development of teachers, specifically concerning historical knowledge, based on anti-racist assumptions and recognizing women's struggles as equally central to the construction of humanity. Despite Law 10.639/2003, which establishes the obligation to teach African and Afro-Brazilian culture, there is still a long way to go regarding the protagonism of Black people, especially women. The Bahian intellectual Carla Akotirene, a doctor in gender studies, points out the intersectional challenges faced by women, which are numerous and ongoing. The epistemicide of feminist theory has contributed to the high rates of violence against Black women (AKOTIRENE, 2018, p. 41). Thus, the work was structured in several stages, detailed below.

The first stage presents the choice of theme and the personal background I had in understanding the alliance with anti-racism. At this point, I highlight that my experience in the largest city outside of the African continent with the largest Black population, which, despite this, presents a brutal inequality with this population, was a determining factor for many questions I sought to answer throughout years of experience and studies, aware that there is always something new to understand and improve.

The second part of the research presents the theoretical foundation on the history of the Irmandade da Boa Morte, its importance in the struggle against slavery in the 19th century, and the elements that make up the diversity of sociability and resistance practices of the Black population. Authors such as João José Reis are cited, given their relevance in understanding the different ways of life in the society of Salvador during the colonial period. In this stage, we observe the constant forms



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



of invisibilization of Black bodies over the centuries. Although the Black population in Salvador was numerically predominant, especially in the Cidade Baixa, they were in a subservient position, occupying manual labor positions or those considered socially inferior. Their cultural practices were despised, and religious freedom, especially expressions of faith from African heritage, was prohibited. The peace judge of Brotas, Antônio de Abreu Guimarães, dedicated a significant part of his police activities to repressing Blacks who, according to him, broke the law by publicly worshiping their gods (REIS, p. 31-32). This stage also analyzes the creation of the Brotherhood and its processes of assisting the needy, highlighting the role of women in the abolitionist movement, such as in the purchase of manumissions.

The third stage of the dissertation presents an analysis of the didactic material used in the school where I work, as well as the São Paulo curriculum that must be followed in the State of São Paulo. In this phase, the absence of themes related to Black historical protagonism in Brazil is evident. It was also shown how teaching practices focused on knowledge about the African continent and Afro-descendant populations, highlighting the achievements of these populations, were widely absorbed by students, many of whom felt empowered by the knowledge they gained. The training for an anti-racist education proved not only important but essential.

In the final stage, I present a model of professional training in the form of a workshop-based lesson, based on the teachings of author Isabel Barça. The proposal for teacher training for education based on anti-racism is presented as one of the ways to address the historical damage caused by the systematization of racism. Furthermore, the goal is to ensure the effective implementation of Law 10.639/03. The proposal emphasizes the need to work on students' identities, starting from the training of teachers sensitized to the demands of the school community, especially Black students. The focus of this training, through workshop-based lessons, is to provide History teachers' training who, in addition to understanding the principles of anti-racist education, can problematize and seek solutions for the reproduction of racism in the school environment and other social spaces. In addition to transmitting this knowledge to teaching



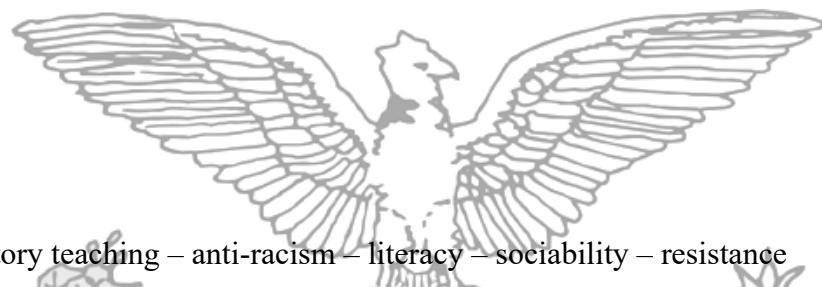
# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



professionals, the sensitization process aims to help teachers guide their students in seeking knowledge of stories that are often not covered in textbooks.

Therefore, the expectation is to contribute effectively to the training of education professionals and support the ongoing maintenance of these anti-racist literacy practices and the valorization of other histories.



### KEYWORDS

education – history teaching – anti-racism – literacy – sociability – resistance

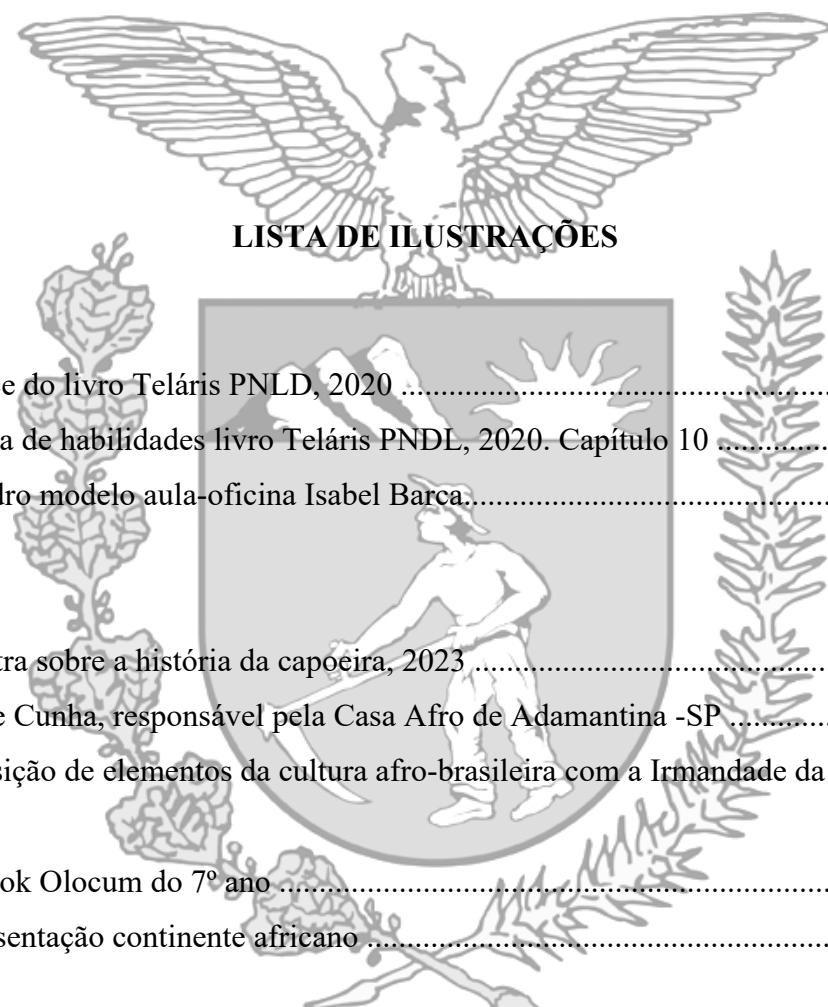




# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



### FIGURAS

Figura 1 - índice do livro Teláris PNLD, 2020 .....	33
Figura 2 - tabela de habilidades livro Teláris PNLD, 2020. Capítulo 10 .....	34
Figura 03, quadro modelo aula-oficina Isabel Barca.....	62

### FOTOS

Foto 01 - palestra sobre a história da capoeira, 2023 .....	53
Foto 02 - Meire Cunha, responsável pela Casa Afro de Adamantina -SP .....	54
Foto 03 - exposição de elementos da cultura afro-brasileira com a Irmandade da Boa Morte .....	55
Foto 04 - lapbook Olocum do 7º ano .....	55
Foto 05 - representação continente africano .....	55

### IMAGENS

Imagen 01 - capa do livro usado para pesquisa dos alunos e alunas .....	51
---	----



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



1. **BNCC: Base Nacional Comum Curricular**
2. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**
3. **PEB2: Professor de Educação Básica 2 –professores que atuam no ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio.**



## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

14

### Capítulo 1 – Por que uma mulher que performa branca se interessa por questões ligadas às mulheres negras? Vivências e convivências

18

### Capítulo 2 – A Irmandade da Boa Morte – breve síntese histórica

23

2.1 Importância das irmandades na construção de resistências e sociabilidades

24

2.2 Formação das irmandades vistas como elemento de domesticação por parte dos Senhores em tempos de escravização

30

2.3 - Diferencial: a Irmandade da boa Morte – movimento feminista e abolicionista negro

35

### Capítulo 3 - Análise do material didático usado pelos alunos dos sétimos anos da escola pública onde sou efetiva

43

### Capítulo 4 - Educação antirracista – uma prática

51

4.1 – O projeto Mostra de Cultura africana e afro-brasileira: aplicação

58

### CAPITULO 5 – Formação continuada para profissionais da

67

#### Educação - letramento racial e aplicação nas escolas

5.1 – Educação antirracista – uma obrigação de todas as pessoas que educam

67



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



5.2 – Por que elaborar proposta para os docentes em formação continuada por uma educação antirracista?	71
5.3 A proposta – Aula oficina com vista na capacitação de professores. Antirracismo, nossa obrigação como sociedade	76
5.3.1 Os encontros	78
<b>CONCLUSÃO</b>	82
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	83

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central analisar as sociabilidades e resistências, conforme amplamente descritas por autoras como Lélia Gonzalez, uma das pioneiras no Brasil a abordar os atravessamentos patriarcais e raciais que as mulheres negras enfrentaram ao longo dos séculos. A partir dessa abordagem, é possível discutir o papel da mulher negra nesse processo de formação cultural, bem como os diferentes modos de rejeição e integração de seu papel (GONZALES, 1984, p. 226). O estudo propõe-se a investigar, historicamente, a formação de uma Ordem Terceira católica leiga da Bahia, composta por mulheres negras, conhecida como Irmandade da Boa Morte, no século XIX. Especificamente, trata-se de ex-escravizadas ou mulheres em situação de escravização no Brasil em transição de colônia para império independente.

Embora ao longo dos anos diversos movimentos negros tenham buscado maior visibilidade, especialmente por meio de ações políticas e legislativas como a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira, as práticas docentes no Ensino Médio e Fundamental ainda apresentam limitações nos ambientes escolares. Contudo, já são perceptíveis avanços, com novas perspectivas e estudos históricos que contemplam a ancestralidade africana, presentes em algumas práticas pedagógicas. Além disso, a legislação que visa garantir a



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



valorização das culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar tem dado origem a novas perspectivas e análises, como a visão decolonial, mais recente (Moreno, 2019). Esta abordagem busca ampliar o olhar sobre saberes alternativos, com ênfase em protagonismos que desafiem a perspectiva eurocêntrica predominante. Também se observa a crescente e necessária discussão interseccional e feminista negra, que permite a visibilidade de muitas mulheres anônimas do passado, cujas ações de luta e resistência podem emergir como tema central para o conhecimento dos alunos, oferecendo exemplos a partir de grupos historicamente marginalizados.

A construção do aprendizado, a partir dos estudos de gênero e religiosidade, é fundamental, uma vez que, no caso da Irmandade da Boa Morte, essas duas dimensões não estão dissociadas. A abordagem de temas relacionados ao gênero feminino negro encontra respaldo em obras de autoras como Carla Akotirene, que destaca os desafios interseccionais enfrentados pelas mulheres negras, que são inúmeros e contínuos. O epistemicídio da teoria feminista contribuiu significativamente para os altos índices de violência contra a mulher negra (AKOTIRENE, 2018, p. 41). Crianças e jovens de todos os níveis de ensino podem se identificar com essas representações. O objetivo, portanto, é construir conhecimento e realizar pesquisas mais alinhadas com o protagonismo dos grupos que foram invisibilizados por décadas de historiografia etnocêntrica.

O estudo da história da Irmandade da Boa Morte na Bahia, no século XIX, é um exemplo significativo de uma trajetória histórica que necessita ser evidenciada. Como educadoras, sabemos que crianças e jovens se formam a partir de exemplos, representações e conhecimentos. O protagonismo dos povos não brancos, que é parte fundamental da construção do Brasil, precisa ser restituído a esses povos. A sociedade como um todo tem o direito de acessar a memória construída coletivamente. Contar a história da Irmandade da Boa Morte é, portanto, ensinar sobre política, religiosidade ancestral, resistência aos dominadores e superação do patriarcado escravagista. Levar tais conhecimentos ao público escolar proporciona protagonismo e representatividade para jovens de todos os grupos étnicos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar a Irmandade da Boa Morte da Bahia como um exemplo de representatividade, sociabilidade e resistência, fundamental para a construção de uma concepção histórica que vá além da visão colonial.

Os objetivos específicos deste estudo são: analisar o conteúdo do livro *Teláris*, adotado no 7º ano do Ensino Fundamental, e como ele aborda as culturas africanas e afro-brasileiras. Através dessa análise, será possível identificar como a formação do Brasil e sua relação com as culturas africanas são tratadas, além de verificar se e como a religiosidade das vertentes africanas é trabalhada no Currículo Paulista e na BNCC, nos conteúdos de História do Ensino Fundamental, evidenciando a formação cultural do país. Por fim, o estudo visa avaliar a presença das mulheres negras nos estudos de História e Cultura Afro-brasileira, conforme os conteúdos aplicados.

Neste contexto, questiona-se a ausência de estudos históricos no Ensino Fundamental que abordem o protagonismo histórico de populações que, por séculos, têm sido marginalizadas em meio a estruturas excludentes, coloniais, racistas e patriarcais que fazem parte da história do Brasil.

Além disso, será apresentada uma sequência didática em formato de aula-oficina, com base nos pressupostos da autora Isabel Barca. O planejamento das atividades de aula pode ser mais ou menos formal, dependendo do nível de organização prévia do trabalho, do estoque de materiais disponíveis e das experiências do professor (Barca, 2004, p. 135).

### Divisão do trabalho

Este trabalho está organizado em capítulos, que constituem a base para a elaboração do produto final, conforme a seguinte estrutura:

**Capítulo 1** – "Por que uma mulher que performa branca se interessa por questões ligadas às mulheres negras? Vivências e convivências." Neste capítulo, será discutido como minha experiência de vida direcionou minha prática educacional para a formação de pessoas antirracistas.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



**Capítulo 2** – "A história da Irmandade da Boa Morte como um marco na formação do Brasil." Este capítulo aborda a resistência feminina negra durante o período de escravização, apresentando as mulheres da Irmandade da Boa Morte como exemplos significativos de resistência e sociabilidade, com ênfase na religiosidade e no gênero.

**Capítulo 3** – "Análise do livro didático da rede pública onde trabalho." Aqui, será apresentada uma análise de como o livro didático aborda o protagonismo das populações não europeias, especialmente as africanas, na construção da cultura brasileira.

**Capítulo 4** – "Educação antirracista – uma prática." Este capítulo apresenta a descrição e análise da Mostra de Cultura Africana e Afro-brasileira, realizada no projeto da Escola Soledade Domingues Iglésia, com foco no empoderamento dos alunos através do conhecimento sobre a cultura africana e afrodescendente. O público-alvo inclui discentes, professores e a comunidade escolar.

**Capítulo 5** – "Proposta de formação continuada para professores." Neste capítulo, será apresentado um projeto de capacitação de educadores antirracistas, com base nas teorias de formação antirracista de autoras como Bárbara Carine Soares Pinheiro. O projeto visa proporcionar aos educadores uma formação voltada para a compreensão das resistências dos povos historicamente marginalizados, com foco no letramento racial e na promoção da igualdade de acesso aos direitos básicos.

Por meio desse trabalho, busca-se que os educandos tenham acesso a diversos marcos históricos, por meio dos letramentos proporcionados por seus educadores, e que a educação formal escolar seja transformada com o marco do letramento racial.

Como Ser um Educador Antirracista (2023). Assim, espero que seja possível que os educandos tenham acesso aos diversos marcos históricos a partir dos letramentos proporcionados por seus educadores, além de acessar uma educação formal escolar a partir do marco do letramento racial.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



### **Capítulo 1 – Por que uma mulher branca se interessa por questões ligadas às mulheres negras?**

Esta é uma pergunta que frequentemente me foi feita ao decidir escrever sobre a resistência e a importância das mulheres da Boa Morte. Em várias ocasiões, experimentei o receio de como acadêmicos da banca examinadora, alguns movimentos feministas negros ou até praticantes de religiões de matrizes africanas reagiriam ao acessar este trabalho. Confesso que, em certos momentos, pensei em desistir devido às críticas antecipadas, à sensação de não estar no “lugar de fala” e à constatação de que não vivenciei, na pele, as feridas profundas do racismo. Afinal, sou detentora do privilégio branco, o que me permite escolher sobre o que falar sem, necessariamente, abordar as dores de outros ou evidenciar as injustiças que, há séculos, corroem populações que não escolheram vir a este país, mas que foram sequestradas e arrancadas de suas histórias. Poderia ter optado por discutir qualquer outro aspecto da história de minha cidade natal, Salvador.

Entretanto, não seria fiel a mim mesma. Sou natural da cidade mais negra deste país que hoje chamamos Brasil. Nasci e cresci na periferia de Salvador, no bairro de Periperi, que integra o que nós, soteropolitanos, chamamos de Subúrbio Ferroviário. Cresci em uma comunidade pobre, e entre meus amigos, era vista como privilegiada. E, de fato, o era. Estudei em uma escola particular no bairro e tive acesso a bons educadores, enquanto a maioria de meus amigos não usufruía dos mesmos benefícios. Muitos abandonaram os estudos para trabalhar. Na minha infância, não se



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



discutia abertamente sobre letramento racial. No entanto, desde cedo, tive contato com músicas que, na Bahia, costumamos associar ao protesto: Lazzo Matumbi, Margareth Menezes, Olodum, Banda Reflexu's, Araketu — esta última, originária de meu bairro, próximo de minha casa — eram algumas de minhas referências musicais.

Os primeiros passos para compreender o racismo começaram na escola, com minha professora de História, Mônica Barbosa, que foi minha inspiração para me tornar a educadora que sou hoje. Quando assisti à sua aula pela primeira vez, aos onze anos, fiquei tão impressionada que pensei: “Quero ser como ela!” Naquele dia, nasceu meu sonho de cursar História. Tive a sorte de ser aluna de Mônica até o final do ensino médio. Na década de 1990, ela me ensinou que os desafios enfrentados por mulheres como ela — mulheres negras, professoras e mães solas — eram muito mais intensos do que aqueles enfrentados por mulheres brancas nas mesmas condições.

Na universidade, no início dos anos 2000, tive o privilégio de conhecer outras referências negras, como a Professora Doutora Isabel Cristina Ferreira do Reis, grande mentora na área da História do Brasil. Ao longo dos anos, com o conhecimento adquirido e com a referência de mulheres tão notáveis, minha compreensão sobre a luta das mulheres negras se aprofundou, especialmente a partir do acesso à obra *Interseccionalidade*, da Doutora Carla Akotirene dos Santos, soteropolitana e periférica como eu. Contudo, com muitos diferenciais: é uma mulher eloquente, do Axé, forjada nas batalhas da vida, enfrentando as vulnerabilidades impostas pelas suas origens. Carla Akotirene foi uma revelação para mim e me motivou a entender por que as mulheres negras estavam distantes da luta feminista. Ela me indicou a leitura de Lélia Gonzalez, cujos escritos sobre o mito da democracia racial enriqueceram minha percepção crítica. Gonzalez, em 1984, já afirmava:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. (Gonzales, 1984, p. 228)

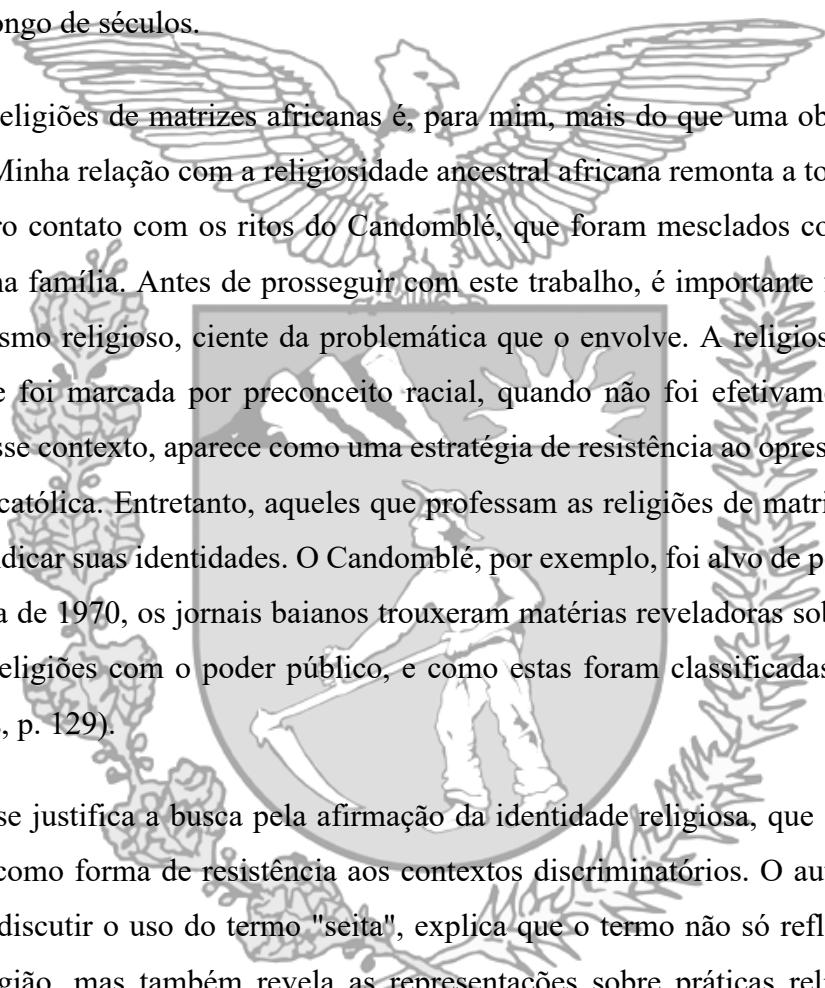


# Universidade Estadual de Maringá

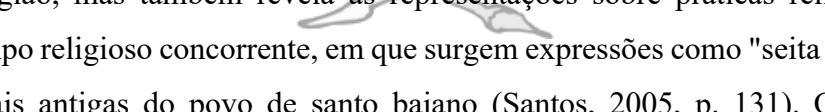
## Mestrado Profissional em Ensino de História



Em 2018, em uma conversa por mensagem direta em uma rede social, Carla Akotirene me incentivou a buscar um mestrado e a dar visibilidade a pessoas como ela e a tantas outras que a antecederam. Senti a necessidade de reverenciar essas mulheres e de ir além, de mostrar que é um dever moral de todas as pessoas reconhecerem e se retratarem de todo o mal que o racismo tem provocado ao longo de séculos.



Falar sobre as religiões de matrizes africanas é, para mim, mais do que uma obrigação — é um compromisso. Minha relação com a religiosidade ancestral africana remonta a toda a minha vida, desde o primeiro contato com os ritos do Candomblé, que foram mesclados com o catolicismo através de minha família. Antes de prosseguir com este trabalho, é importante fazer um adendo sobre o sincretismo religioso, ciente da problemática que o envolve. A religiosidade de origem africana sempre foi marcada por preconceito racial, quando não foi efetivamente proibida. O sincretismo, nesse contexto, aparece como uma estratégia de resistência ao opressor que impunha a religiosidade católica. Entretanto, aqueles que professam as religiões de matriz africana têm o direito de reivindicar suas identidades. O Candomblé, por exemplo, foi alvo de perseguições, e ao longo da década de 1970, os jornais baianos trouxeram matérias reveladoras sobre a relação dos líderes dessas religiões com o poder público, e como estas foram classificadas como seitas ou folclore (Santos, p. 129).



A partir disso, se justifica a busca pela afirmação da identidade religiosa, que se desvincula do ideário cristão como forma de resistência aos contextos discriminatórios. O autor Jocélio Teles dos Santos, ao discutir o uso do termo "seita", explica que o termo não só reflete uma ideia de oposição à religião, mas também revela as representações sobre práticas religiosas distintas, criando um campo religioso concorrente, em que surgem expressões como "seita dos orixás" entre as gerações mais antigas do povo de santo baiano (Santos, 2005, p. 131). O uso de termos pejorativos, como os mencionados, fortalece o caráter discriminatório impregnado pela sociedade racista, sendo necessário afirmar a identidade das pessoas que professam a fé nas matrizes africanas, com o intuito de fortalecer suas crenças e exigir respeito.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Minha formação religiosa é resultado de uma constante vivência entre duas religiões. Minha mãe, por exemplo, realizava o caruru de São Cosme em setembro, em promessa aos gêmeos Cosme e Damião, conforme tradição passada por minha avó. Esse caruru era uma promessa de todos os membros da nossa família, em um hibridismo entre as duas religiões, onde convivi com banhos de folhas, benzimentos, e oferendas a Iemanjá após a missa de Nossa Senhora da Conceição. Ao olhar para o passado, percebo que, sem um letramento formal, nossa família preservou a sabedoria ancestral dos povos africanos. Hoje, sinto vergonha por saber que essa riqueza foi usurpada e negada ao longo do tempo.

Ao longo de minha vida, também tive contato com a Umbanda. Uma filha dessa religião me acolheu quando, aos dezoito anos, passei por um período de depressão. Aprendi a respeitar as divindades e os orixás, como Oxum e Iansã, que se fizeram presentes em momentos cruciais de minha vida. Embora não tenha sido oficialmente iniciada, sigo os ensinamentos e as obrigações com os ancestrais espirituais e as divindades. Acreditando no poder do Ori, entendo que a terra não existiria sem o vínculo com os orixás.

Em 2004, conheci meu esposo, advogado natural do interior de São Paulo. Ao iniciarmos o relacionamento, ficou claro que eu não poderia me afastar de minha terra. Contudo, ele precisaria sair para que pudesse desenvolver sua carreira, já que na cidade onde morava, já possuía um escritório em crescimento. A adaptação a uma cidade do interior foi desafiadora. Passei a enfrentar dificuldades, mas sabia que, como professora, conseguiria emprego e equilibraria o aspecto financeiro, além do sentimental.

Ao longo da minha permanência no estado de São Paulo, percebi discrepâncias em relação à minha vivência na Bahia. O individualismo predominante e a falta de uma vivência coletiva me incomodaram profundamente. Assim, sinto-me na obrigação de promover a educação plural, resgatando as vivências coletivas e a sabedoria ancestral que carrego em minha história.

Assim, abri mão dos meus, da minha terra e de tudo o que tinha acesso para adentrar em uma vida no interior. Experienciei medo, raiva, vontade de encerrar o noivado, tristeza e apreensão.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Contudo, entre nós, há também o amor e a necessidade de estarmos juntos. Meu marido tem sido o meu maior incentivador, e o estímulo ao meu estudo sempre partiu dele. Foi ele, inclusive, quem custeou minha inscrição para tentar o mestrado. São inúmeras as ocasiões em que ele demonstra mais confiança em mim do que eu mesma.

Em meio a essa mistura de angústia, estranhamento com a cultura do sudeste e receio de não me adaptar, busquei me posicionar nesse novo contexto. Em 2009, conquistei o primeiro lugar no processo seletivo da escola onde, atualmente, sou concursada. Ao longo de minha permanência no estado de São Paulo, percebi diversas discrepâncias em relação às minhas vivências anteriores. A que mais me impressionou foi o individualismo predominante. Em diversas situações, as pessoas pareciam pautar suas ações exclusivamente de acordo com seus próprios interesses. A vivência coletivista, tão presente em meu contexto de origem, praticamente inexistia em alguns espaços que frequento no interior de São Paulo. Nesse sentido, sinto-me na responsabilidade, enquanto professora, de trazer à tona experiências plurais e coletivas. Espero, assim, estar preparada, com as armas de minhas antepassadas, para reverenciar a sabedoria originária do berço da humanidade: a África.



## **CAPÍTULO 2 – BREVE HISTÓRIA DAS IRMANDADES, EM ESPECIAL, A BOA MORTE.**

Desde a diáspora forçada dos povos africanos até os dias atuais, o que se imprimiu na sociedade deste país foi uma constante tentativa de apagamento das diversas manifestações em suas mais variadas formas. A religiosidade é uma delas. Os princípios forjados pelo colonialismo europeu, pautados na cristandade compulsória e aceitação da branquitude como paradigma, durante a dominação desse espaço e essas pessoas já está mais do que evidenciado. Nesse sentido, a intenção neste trabalho, é restabelecer o protagonismo a quem de direito. Pois, a desumanidade do racismo estrutural, sobretudo quando este atravessa as mulheres, coloca culturas, diversas formas de resistências ocultas ou em meio a exposições de temas considerados senso comum ao tratarmos de África na construção da cultura no contexto de formação do Brasil.

Aprendemos mais sobre europeus do que sobre o Brasil. O que aprendemos sobre a formação de nosso país perpassa a relação com a Europa. Povos originários e africanos quando não são colocados em posição de “exóticos”, são tratados secundariamente. Mulheres pretas, nesse contexto de aprendizagem praticamente desaparecem. A religiosidade brasileira oriunda das



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



matrizes africanas, ainda que reconhecidas pela Lei 14.519, sancionada em 05 de janeiro de 2023, institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, (<https://www2.camara.leg.br>) é pouco apresentada, quando não é descartada no processo de aprendizagem.

Desse modo, emergem várias necessidades de estudos mais específicos sobre os chamados grupos minoritários em acesso aos direitos de cidadania. Em se tratando de mulheres negras, muitos avanços são observados nos últimos anos (citar alguns autores). Porém, é mais do que necessário pontuar que as encruzilhadas do racismo e machismo circundam a sociedade. A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. (Akotirene, 2018, p. 29).

Lélia Gonzales traz em sua obra um excelente ponto de partida em se tratando de questões relacionadas ao gênero e as raízes do patriarcado racista.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência. (Gonzales, 1984 p. 225)

Desse incômodo descrito por Gonzales há quase quarenta anos, os questionamentos das que lhes antecederam, que emerge a urgência de trazermos à tona para livros escolares, o conhecimento acerca da história de pessoas que forjaram o Brasil, porém, em função de todos os apagamentos, foram invisibilizadas.

### 2.1 Importância das irmandades na construção de resistências e sociabilidades

Para explorar e trazer à tona a necessidade de compreender a importância histórica e sociocultural das mulheres negras da Irmandade da Boa Morte da Bahia, se faz necessário que alguns conhecimentos sejam abordados. Um deles diz respeito à formação das irmandades e ordens terceiras – a qual a Boa Morte se enquadra. São organizações ligadas à igreja católica,

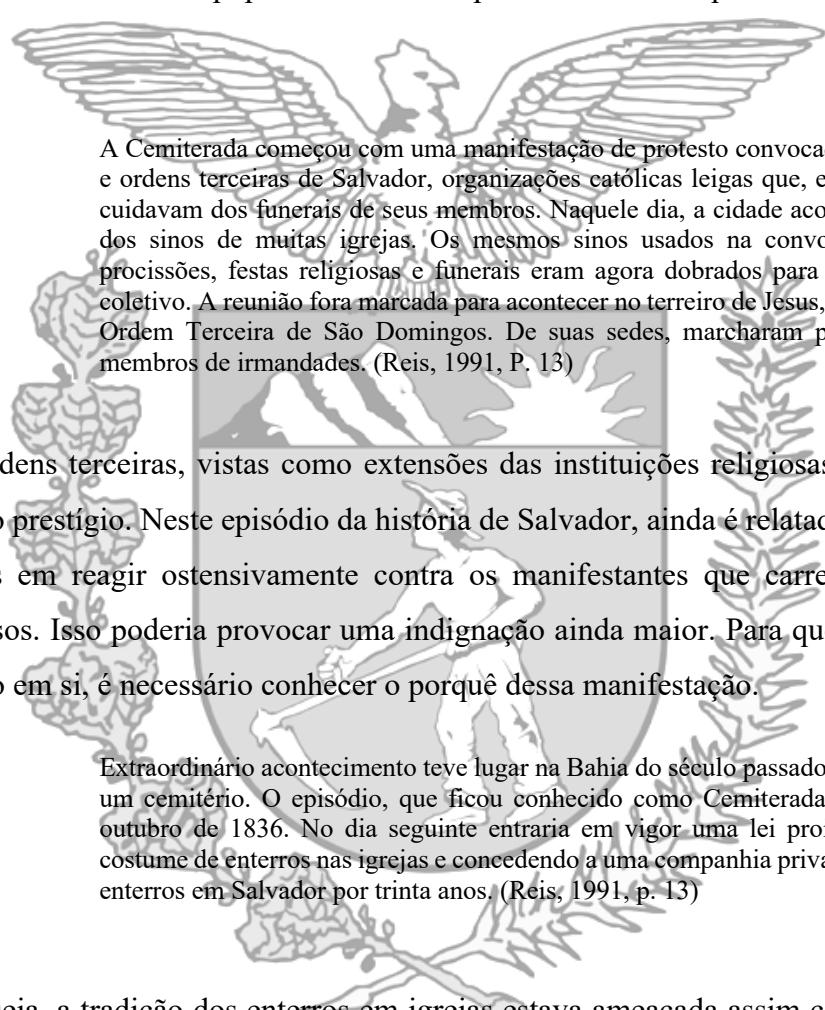


# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



porém, formadas por pessoas não pertencentes ao clero. Ou seja, leigas. Sendo assim, havia simbolismo e muita relevância dessas instituições no Brasil do século xix. Tal importância não se restringia apenas aos assuntos religiosos. Ações de cunho político e social eram frequentemente observados no cotidiano da época. Reis, aponta um dos eventos mais marcantes da história da cidade do Salvador. Um levante popular comandado pelas irmandades que ficou conhecido como Cemiterada.



A Cemiterada começou com uma manifestação de protesto convocada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigas que, entre outras funções, cuidavam dos funerais de seus membros. Naquele dia, a cidade acordou com o barulho dos sinos de muitas igrejas. Os mesmos sinos usados na convocação para missas, procissões, festas religiosas e funerais eram agora dobrados para chamar ao protesto coletivo. A reunião fora marcada para acontecer no terreiro de Jesus, no adro da igreja da Ordem Terceira de São Domingos. De suas sedes, marcharam para ali centenas de membros de irmandades. (Reis, 1991, p. 13)

As ordens terceiras, vistas como extensões das instituições religiosas católicas, eram dotadas de certo prestígio. Neste episódio da história de Salvador, ainda é relatado a preocupação das autoridades em reagir ostensivamente contra os manifestantes que carregavam cruzes e adornos religiosos. Isso poderia provocar uma indignação ainda maior. Para que se compreenda melhor o evento em si, é necessário conhecer o porquê dessa manifestação.

Extraordinário acontecimento teve lugar na Bahia do século passado: uma revolta contra um cemitério. O episódio, que ficou conhecido como Cemiterada, ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos. (Reis, 1991, p. 13)

Ou seja, a tradição dos enterros em igrejas estava ameaçada assim como o privilégio de irmandades e do próprio clero em trabalhar no evento que tinha além do cunho religioso, toda uma dimensão financeira que não poderia ser deixada de lado. Há evidências neste evento da iniciativa das mulheres, mas também revela que elas eram membros de irmandades e que houve premeditação (Reis, 1991, p.15). Havia também outros tipos de conflitos constantes como, por exemplo, os membros de irmandades e a maçonaria tendo em vista que as reuniões dos membros



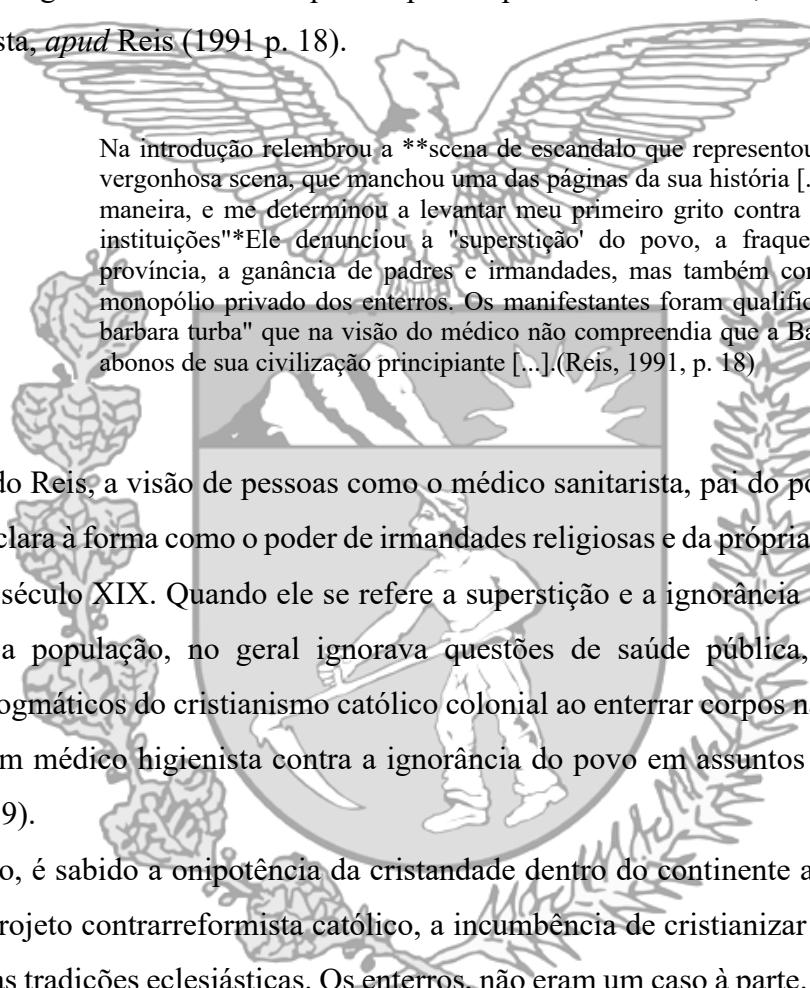
# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



da segunda instituição mencionada eram feitas em segredo e ameaçava a hegemonia do poderio da igreja católica assim como dos seus irmanados.

Porém, um evento como a Cemiterada que envolvia todo um processo religioso envolto ao poderio da Igreja Católica da época, foi lido por muitos pensadores e pessoas ligadas à medicina, como algo absurdo. A exemplo do pai do poeta Castro Alves, Antônio José Alves, médico sanitarista, *apud Reis* (1991 p. 18).



Na introdução relembrou a \*\*scena de escândalo que representou a Bahia em 1836, a vergonhosa scena, que manchou uma das páginas da sua história [...], me revoltou sobre maneira, e me determinou a levantar meu primeiro grito contra a ruindade de nossas instituições\*\* Ele denunciou a "superstição" do povo, a fraqueza do presidente da província, a ganância de padres e irmandades, mas também considerou impróprio o monopólio privado dos enterros. Os manifestantes foram qualificados de "ignorante e barbara turba" que na visão do médico não compreendia que a Bahia "destruía um dos abonos de sua civilização principiante [...].(Reis, 1991, p. 18)

Segundo Reis, a visão de pessoas como o médico sanitarista, pai do poeta Castro Alves, era uma reação clara à forma como o poder de irmandades religiosas e da própria igreja se impunha na Salvador do século XIX. Quando ele se refere a superstição e a ignorância do povo, é levado em conta que a população, no geral ignorava questões de saúde pública, privilegiando os ensinamentos dogmáticos do cristianismo católico colonial ao enterrar corpos nas igrejas, ou seja, as queixas de um médico higienista contra a ignorância do povo em assuntos de saúde pública. (Reis, 1991, p.19).

De fato, é sabido a onipotência da cristandade dentro do continente americano. Afinal, fazia parte do projeto contrarreformista católico, a incumbência de cristianizar e delimitar regras de acordo com as tradições eclesiásticas. Os enterros, não eram um caso à parte. Além disso, cabia à igreja a função de reafirmar quem era digno o suficiente para que seus sacramentos – batismo, unções, bênçãos entre outros, fossem destinados.

Quando tratamos das relações do catolicismo com as diversas etnias existentes em territórios colonizados, precisamos compreender que os clérigos fizeram parte do domínio colonial no Brasil, neste caso por meio da catequese de povos originários, tratados por diversos nomes, dentre os quais os inocentes da terra. Porém, nem todas as pessoas eram vistas como



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



dotadas de alma. Assim, não eram passíveis da proteção e até mesmo dos ensinamentos da igreja. O padre Antônio Vieira, que inicialmente abominava a escravização, é frequentemente mencionado em inúmeros textos, e compreendia que os negros deveriam passar por esta provação na terra para que desse modo suas almas pudessem chegar ao paraíso.

O sermão XIV do Rosário incentivou os pretos a entender a escravidão não como um castigo, e sim como um prêmio para a remissão do pecado original a que estavam vinculados devido à gentilidade de suas tribos originais, mas isso não bastava para suavizar o suplício dos troncos e humanizar as senzalas. Motivo, pelo qual, tornava-se necessário incentivar os pretos a uma aceitação passiva desta passagem terrena desventurada a que estavam expostos, e ninguém melhor para fazê-lo, que um representante de Deus. (Silva, 2011, n.16)

Ao visitar estudos sobre a pedagogia no catolicismo (autores), foi possível observar a forma de convencimento para que o povo negro escravizado fosse levado a submissão religiosa daqueles que os oprimiam. Por que trazer à tona tal reflexão? O estudo aqui proposto trata sobre as diversas formas de resistências e sociabilidades da população preta no Brasil colonial. Em um lugar que o processo escravagista era a regra, como viver e se manter nesta sociedade?

Muitos são os grupos diáspóricos e seus descendentes que viram na aproximação com a religiosidade católica uma forma de sociabilizar, apesar do racismo e da total exclusão social no qual estavam inseridos. A dignidade dessas pessoas praticamente inexistia até na hora da morte. Aos negros, muitas vezes não era dado o direito a um ritual fúnebre. Embora negros e brancos pudessem ser enterrados nas igrejas, a maioria dos escravos de Salvador era levada a um cemitério de indigentes. (REIS, 1991. p. 23-24). Corpos escravizados eram invisibilizados socialmente, em um local como Salvador no século xix, onde a religiosidade e a posição social transitavam praticamente indissociáveis. Se o projeto do opressor era justificar a escravização como forma de se redimir e chegar ao Deus cristão, a população africana e afrodescendente poderia utilizar o mesmo discurso sobre a divindade do colonizador para se inserir e resistir socialmente ao processo que os oprimia? Para respondermos a estes e outros questionamentos, se faz necessária análise da Cidade da Baía durante este período e avaliar as diversas formas de vivências das populações africanas e afrodescendentes.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Nas ruas e no cais se apinhavam negras mercadejando tecidos, quinquilharias africanas e toda a sorte de alimentos crus e cozidos: peixes, frutas, bolos, carne de baleia moqueada. O príncipe Maximiliano viu negras, com seus fogareiros sempre acesos, alinhadas de um e outro lado da rua da Praia, cozinhando e assando comida. Os barbeiros, santeiros, alfaiates, trançadores de cestos e chapéus de palha trabalhavam a céu aberto.(Reis, 1991. p. 29)

É perceptível, que a população negra em Salvador, constituía um número expressivo de pessoas. Porém, em posição de subserviência, praticando serviços braçais ou considerados socialmente inferiores. Apesar de serem muitos, homens e mulheres pretas eram invisibilizados no contexto da estrutura racial imposta. Suas práticas culturais muitas vezes desprezadas, sua religiosidade ancestral juntamente com a liberdade de culto, suprimidas. O juiz de paz de Brotas, Antônio de Abreu Guimarães, dedicava boa parte de suas atividades policiais à repressão de negros que, segundo ele, contra a lei, viviam \*\*adorando publicamente seus deuses. (Reis, p. 31-32)

Neste contexto, a inserção de pessoas pretas em uma irmandade, pode ser entendida no espaço de sociabilidades. Afinal, elas se enquadravam em um local de aceitação da religião oficial do Brasil, no século xix, o catolicismo. Porém, é importante frisar que, apesar de muitas pessoas seguirem tradições cristãs, seus ritos e cultos às divindades negras, não cessavam. As ordens terceiras ou confrarias, tinham um trânsito social amplo, estavam envolvidas com paróquias e atividades relacionadas ao extenso calendário religioso. Além disso, para o povo excluído, era possível ser menos complicado transitar na sociedade dessa época aceitando a realidade das ordens religiosas? Esse questionamento se mostra relevante para pensarmos as relações entre os escravizados e a sociedade do Brasil em tempos de dominação portuguesa. As irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais (Reis, p. 51). O cristianismo era a única prática religiosa aceita pelos dominadores. Em que pese o fato de haver muitas resistências em termos de levantes como, por exemplo a Revolta dos Malês e os movimentos quilombolas, muitos escravizados ou alforriados viam as irmandades como uma forma de ascensão social ou um suporte em suas necessidades.

Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente,



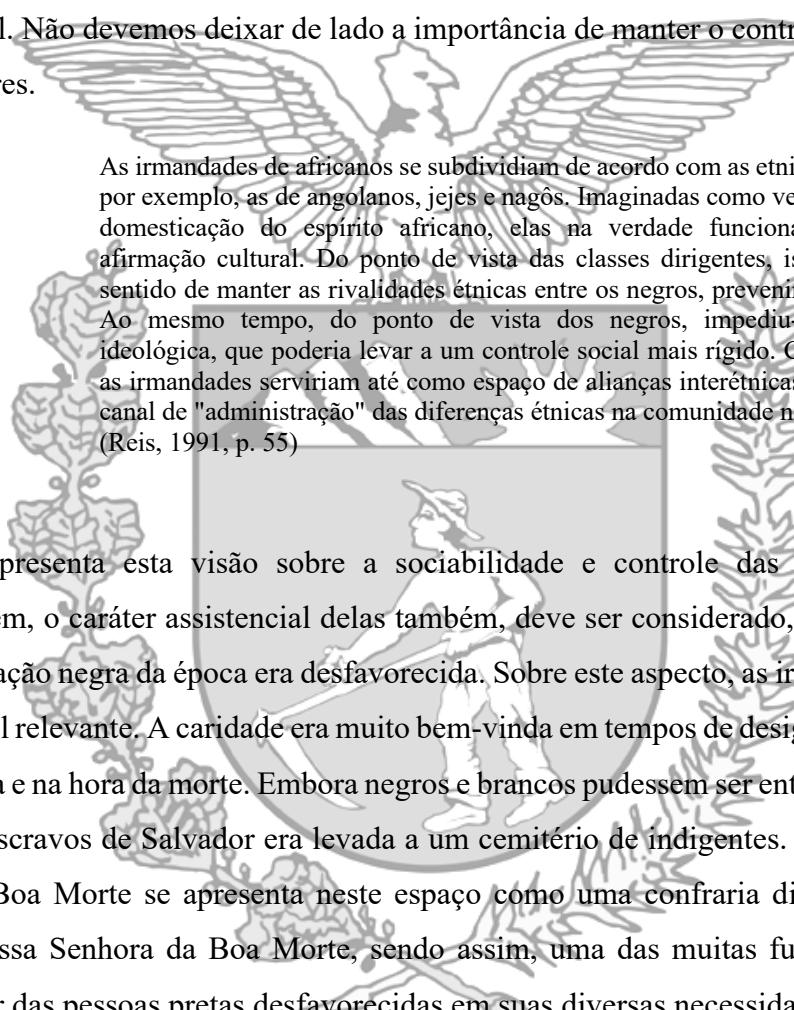
# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade.  
(Reis, 1991. p. 51)

As atividades destas associações eram práticas socialmente aceitas pelos brancos católicos. As irmandades traziam elementos de sociabilidade e melhor posicionamento social, além do amparo material. Não devemos deixar de lado a importância de manter o controle social por parte dos colonizadores.



As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo, por exemplo, as de angolanos, jejes e nagôs. Imaginadas como veículo de acomodação e domesticação do espírito africano, elas na verdade funcionaram como meios de afirmação cultural. Do ponto de vista das classes dirigentes, isso foi interessante no sentido de manter as rivalidades étnicas entre os negros, prevenindo alianças perigosas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos negros, impediu-lhes a uniformização ideológica, que poderia levar a um controle social mais rígido. Com o passar do tempo as irmandades serviriam até como espaço de alianças interétnicas, ou pelo menos como canal de "administração" das diferenças étnicas na comunidade negra.  
(Reis, 1991, p. 55)

Reis, apresenta esta visão sobre a sociabilidade e controle das ordens terceiras e confrarias. Porém, o caráter assistencial delas também, deve ser considerado, visto que a grande massa da população negra da época era desfavorecida. Sobre este aspecto, as irmandades, também tinham um papel relevante. A caridade era muito bem-vinda em tempos de desigualdades extremas ao longo da vida e na hora da morte. Embora negros e brancos pudessem ser enterrados nas igrejas, a maioria dos escravos de Salvador era levada a um cemitério de indigentes. (Reis, p. 23-24). A Irmandade da Boa Morte se apresenta neste espaço como uma confraria diretamente ligada à devoção de Nossa Senhora da Boa Morte, sendo assim, uma das muitas funções desta ordem religiosa, cuidar das pessoas pretas desfavorecidas em suas diversas necessidades.

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, desde sua criação teve, e continua tendo, como objetivo principal, a devoção e o culto a Nossa Senhora, e ainda outros objetivos em segundo plano, tais como: a prática de empréstimos e auxílios financeiros, doações e, principalmente, a compra de alforrias para os escravizados; em casos de falecimento das associadas, a Irmandade se responsabilizava pelos sepultamentos e missas. Das atividades arroladas, a única que não se aplica à contemporaneidade é a compra de alforrias, no mais, elas continuam preservando, através dos seus rituais, a memória de seus antepassados africanos. (Silva, 2021, p.2)



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



A Irmandade, portanto, agregava funções para além da interação religiosa propriamente dita. Mas, o que torna este grupo diferenciado? Para responder tal questionamento, é preciso observar a composição das pessoas que faziam parte desta confraria. Afinal, como dito anteriormente, as ordens terceiras era um dos instrumentos de sociabilidade no Brasil do século xix. Nelas, havia homens e mulheres. Muitas compostas por pessoas pretas. Porém, o que diferencia a Boa Morte, é a presença e o protagonismo exclusivo de mulheres negras vinculadas ao Candomblé. Entre os homens e mulheres livres, as diferenças também eram muito grandes. A pobreza era muito grande (Reis, p. 38). A criação e permanência da Irmandade de mulheres pretas era, em muitos sentidos, um ato de resistência.

Porém, precisamos inserir uma questão muito sensível, até proibitiva no Brasil. O direito dos escravizados e libertos de praticar e cultuar seus rituais, suas divindades, seus ancestrais. O século xix firmava pela lei e tradição dos colonizadores, a manutenção do catolicismo como religião oficial, conforme art. 5º da Constituição de 1824: A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a do Império. Todas as outras serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isto destinadas, sem forma exterior de templo. (Brasil, 1824). Mas, em se tratando de religiosidade professada por pessoas pretas, essa realidade citada no texto constitucional na prática, era bem diferente. Terreiros eram vistos como locais de adoração ao que o cristianismo classifica como demoníaco. Seus frequentadores eram constantemente perseguidos até mesmo punidos por professarem sua fé.

É histórica a luta das religiões afro-brasileiras contra a intolerância. O desrespeito, demonização de suas divindades cultuadas, agressões físicas, verbais e atentados ao espaço físico dos templos são apenas algumas das atitudes de intolerância, discriminação que os praticantes sofrem. Os preconceitos e ações direcionados contra esse grupo, o de praticantes das religiões afro, em todos os países americanos em que essas religiões são praticadas, têm a ver com a formação da estrutura estatal sob a colonial modernidade, visto que, para o colonizador, evangelizar as populações submetidas (índigenas e africanos escravizados) era parte fundamental da empreitada colonial. (Fernandes, 2017, p. 118)

Portanto, é relevante salientar que a formação de uma irmandade exclusivamente formada por mulheres pretas, professando sua fé nos moldes do catolicismo, porém, com toda



indumentária, ritualísticas e princípios do povo do Axé, além de ser um ato de resistência, apresenta uma capacidade de sociabilidade importante em tempos coloniais.

## 2.2 Formação das irmandades vistas como elemento de domesticação por parte dos senhores em tempos de escravização

A história nos mostra o quanto difícil foi a trajetória para manter ou reconstruir identidades dos povos sequestrados de África e seus descendentes. Em um artigo escrito pelo historiador João José Reis intitulado Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão, fica evidente desde o início dessa leitura o incômodo que a sociedade branca da elite baiana em relação às manifestações das populações negras. Já no começo do artigo, o escritor menciona uma passagem. Em janeiro de 1809, um capitão de milícias de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, relatou a seu capitão-mor que durante as festas do Natal do ano anterior os escravos dos engenhos da região haviam descido para aquela vila para celebrar. (Reis, 1996, p. 1). Aponta um relato de José Roiz de Gomes para o capitão-mor Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque à época, que demonstra como estavam se comportando os negros em seu tempo livre na celebração do natal. Festejos, comida, bebida, músicas, danças, na cidade de Santo Amaro, localizada no recôncavo baiano. Tais comemorações seguiam com pessoas, que não necessariamente participavam, em volta assistindo. Tudo se passou nas imediações de igreja matriz da localidade. Ainda, segundo o relato, o padre da paróquia, tentou debelar as manifestações e foi repelido pelos participantes envolvidos nos festejos. Estes que afirmavam que aquele era seu único dia de folga e comemoração. Assim conforme citação abaixo.

Algumas linhas adiante, o capitão informava que um padre tentara conter a festa dos nagôs e uçás, mas que um deles ameaçou-o, afugentando-o do local com palavrões “e lhe disseram que seus senhores tinham toda a semana para se divertirem e que eles tinham nela um só dia”. Queixou-se o oficial que a maioria dos senhores permitia ajuntamentos daquele tipo na vila e em seus engenhos e fazendas, e pedia instruções ao capitão-mor, seu superior.

(Reis, 1996, p. 2)

Nesse contexto, devemos avaliar alguns pontos. Os negros e negras que estavam em comemoração, eram escravizados. Porém, é perceptível pela queixa do oficial, que havia



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



permissividade por parte dos senhores para que esses eventos ocorressem com certa frequência. Este fato citado acima demonstra que certos acordos ocorriam entre senhores e escravizados nessa época. É perceptível, portanto, que as relações de tensão que eram certamente constantes entre escravizados e senhores, poderiam ser um pouco amenizadas com estas permissões. Claro que nada disso invalida o caráter opressor e desumano da escravização. Apenas ressalta que os senhores precisavam manter o controle das pessoas escravizadas e este era menos conflituoso, por meio de permissões para festas, por exemplo. Portanto, nada tem a ver com benevolência da parte dos senhores.

Por sua vez, o capitão-mor — que era Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, de poderosa família da aristocracia açucareira —, após leitura do relatório, pediu instruções ao governador da Bahia sobre como agir. O conde da Ponte, governador e capitão-general, respondeu no tom que o tornou famoso em seus dias como duro no tratamento dos escravos: as reuniões escravas deveriam ser evitadas, os senhores advertidos sobre isso; os escravos deveriam ser mantidos dentro dos limites das propriedades e presos os reincidientes.

(Reis, 1996, p. 2)

João José Reis lança luz, em sua escrita, quando avalia o nítido incômodo do padre diante de uma manifestação não aceita pela igreja católica e a busca por orientação dos capitães em como agir naquela situação. Sabedores de que a paz nas senzalas não dependia apenas do chicote, os senhores, em sua maioria, permitiam que seus escravos celebrassem a seu modo o Natal (Reis, p. 2). Ainda, segundo o autor. As festas eram também espaço para demonstrar poder. Afinal, nem todas as nações africanas eram irmanadas, ao contrário, podiam ser inimigas. Algumas disputavam espaço e relevância. São citados nesse artigo os nagôs e haussás. Mas, ainda assim, por meio das organizações dos festejos, era possível notar a capacidade de organização e mobilização dos grupos escravizados da cidade e do campo.

Naquela festa estavam presentes dois movimentos contraditórios que se projetam, com muitos desdobramentos, sobre a história da escravidão na Bahia e em outras regiões do Brasil. A festa, que serviu para dividir e unir os negros, foi vista pelos brancos como passatempo inocente ou desafogo das tensões do cativeiro e, no sentido inverso, como quebra da ordem, uma espécie de ensaio para a rebelião, senão como rebelião dos costumes, se tomarmos a opinião do padre santamarense. (Reis, 1996, p. 3)

A razão pela qual trago este exemplo, é para demonstrar que resistências e sociabilidades andam de mãos dadas dentro do período de escravização no Brasil. João José Reis ainda reforça o fato de que muitos escravizados usavam os calendários culturais do cristianismo para fazerem



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



suas próprias festividades e celebrações como suas identidades ou suas etnias. Os angolas, seguidos dos crioulos, foram os mais antigos devotos de Nossa Senhora do Rosário na Bahia (Reis, p. 2). O autor apresenta que os santos católicos e os deuses africanos estavam no mesmo espaço de convivência para os negros. Questões relativas à identidade e à diversidade étnicas e a alianças interétnicas foram constantes na vida dos irmãos negros, como o foram os enfrentamentos e as negociações com os brancos (Reis, 1996, p.2). Ao acessarmos os conhecimentos trazido neste artigo de João José Reis, notamos que as relações sociais eram muito mais profundas do que imaginamos. Afinal, as pessoas negras não conseguiram sobreviver por meio de lutas e revoltas, assim como seus senhores não os dominariam com castigos físicos constantes. Lembremos que por mais que seja terrível essa comparação, senhores tinham seus escravizados como investimento. Outro fato que João José Reis aponta em seu artigo, é que os dominadores não aceitariam que seus dominados se organizassem culturalmente. Pois, sabiam que a organização e união cultural, era um elemento forte para resistência contra a escravização avançar.

Porém, antes de entrar no assunto específico, mais umas palavras sobre escravidão, controle e resistência. Antes mesmo que o primeiro escravo desembarcado no Brasil se rebelasse, os senhores e autoridades coloniais já sabiam ser necessário controlar seu corpo e seu espírito. O regime escravocrata, como todo regime de trabalho forçado, baseou-se fundamentalmente no chicote e em outras formas de coerção, mas não teria vigorado por muito tempo se só usasse a violência.

(Reis, 1996, p. 3)

Quando João José Reis avalia que, para manter a população escravizada, era necessário que houvesse negociação e controle de sua existência material e espiritual, notamos que, por outro lado, a população negra escravizada também faz alguns movimentos em direção às formas de sociabilidade ante a todo universo de domínio que as relações dos seus senhores lhes impunham. Em se tratando das questões ligadas à religiosidade, é perceptível que o autor apresenta as irmandades e confrarias como um caminho usado pelos escravizados e até mesmo os libertos para que estes tivessem maior autonomia e mantivessem alguns laços com os seus irmanados para que assistências mútuas fossem prestadas.

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes,



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres.

(Reis, 1996, p. 4)

As irmandades são descritas por João José Reis como um espaço onde também havia hierarquia. O autor reforça que os brancos compreendiam irmandades e confrarias como um elemento de domesticação para que a cultura e os ritos de África não se sobrepuxessem aos do colonizador. Porém, as populações negras e seus descendentes tornaram as confrarias e irmandades espaços em que podiam, de certa forma, viverem alguma autonomia, subjetividades e se relacionarem com os seus, ainda que estes fossem originários de nações diferentes. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (Reis, p.4). Mas, as irmandades também traziam suas diferenças e conflitos. Tanto entre os irmanados negros em função de serem de nações originárias distintas como com a presença de brancos para que não se pudessem avançar em alguma forma de associação que levasse a um levante escravo, por exemplo. Os brancos procuraram participar das irmandades de cor como estratégia de controle, não obstante muitos talvez também o tenham feito por sincera devoção (Reis, p. 12). Sobre a devoção dos brancos mencionada pelo autor, de fato não podemos descartar. Afinal, a colonização trouxe o cristianismo e poderiam pessoas terem em si o princípio de servidão sincera ao deus cristão se associando às irmandades. Porém, precisa ser dito que a presença de brancos em irmandades pretas, muitas vezes eram mal recebidas pelos irmanados. João José Reis, cita que houve uma desavença entre os irmãos da Irmandade de São Benedito que não aceitaram um branco ocupando alto cargo na ordem. Essa questão, ainda segundo o autor, foi levada até a rainha da época D. Maria I que, por sua vez, atendeu aos negros da irmandade. Mas, as irmandades revelavam um papel que ia além da religiosidade, presença na sociedade e sociabilidade diante dos opressores.

Esta disputa na Irmandade de São Benedito revela a luta pela manutenção da autonomia negra dentro de suas organizações permitidas. Mas as irmandades empreenderam outras lutas. A tradição oral do Rosário das Portas do Carmo menciona que esta irmandade defendia liberdades ameaçadas de irmãos alforriados e pleiteava, junto aos senhores, a alforria de membros escravos que pudessem pagá-la. Algumas irmandades emprestavam dinheiro para seus associados comprarem a liberdade, embora, por falta de recursos, nenhuma delas pudesse favorecer a muitos com esse tipo de crédito. (Reis, 1996, p.15)



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Claro, que a formação da Irmandade da Boa Morte há mais de duzentos anos, gerou muitos conflitos dentro da sociedade soteropolitana. Para compreender esse movimento, se faz necessária uma contextualização histórica. Ao buscarmos fontes bibliográficas, temos inúmeros artigos acadêmicos e referências em obras sobre as irmãs. Há autores que trazem a história da fundação da Irmandade em um período anterior ao século xix.

Fundada supostamente no início do século XVIII, em Salvador, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, ou simplesmente Boa Morte, é uma organização formada por mulheres negras, cujos princípios religiosos orientadores são o catolicismo e o candomblé. (Conceição, 2017, p. 63)

A antropóloga Joanice Conceição, apresenta alguns elementos que versam sobre a forma que a Boa Morte foi concebida em uma perspectiva ritualística que incluiu mulheres para cuidar dos mortos. Em sua Obra, Irmandade da Boa Morte e o Culto de Babá Egum, sua análise antropológica, ajudar a compreender o comportamento das irmãs em seu hibridismo ora em elementos católicos, ora do candomblé. Falaremos mais sobre a abordagem da Dra. Joanice Conceição no decorrer desse texto. Em termos audiovisuais, nos deparamos com séries documentais que apresentam narrativas sobre a formação dessa irmandade. O canal da plataforma *Youtube* O Povo Brasileiro em Festa, produziu um desses documentários. O episódio oito, trata especificamente da Boa Morte. Valmir Pereira dos Santos, coordenador do grupo Esmola Cantada, explicou que as mulheres desta irmandade eram originalmente ganhadeiras ou mulheres de ganho. Nesse sentido, a Boa Morte nasce no interior de um movimento de mulheres escravizadas. Portanto, a resistência é um fator inerente a sua existência.

### 2.3 - Diferencial: a Irmandade da Boa Morte – movimento feminista e abolicionista negro

As irmãs da Boa Morte que iniciaram seu projeto de formação em Salvador, na Bahia no início do século xix, demonstram inúmeros diferenciais em relação às outras ordens religiosas. Em primeiro plano, já percebemos que nesta ordem religiosa, a presença é exclusivamente de mulheres negras. Algumas libertas e outras em situação de escravização. As mulheres que já haviam conquistado a liberdade, trabalhavam em diversos serviços. As ganhadeiras, como eram conhecidas na época, executavam inúmeras tarefas, desde afazeres domésticos até venda de



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

### História



produtos em seus tabuleiros nas ruas da cidade do Salvador. Ainda seguindo a análise do Coordenador do grupo Esmola Cantada, as mulheres ainda quando libertas, escolhiam ficar nos locais de trabalho com vistas em auxiliar os seus companheiros e companheiras em situação de escravização, levando agasalhos, alimentos e medicamentos retirados das casas grandes para fazer a vida dessas pessoas menos árdua. As mulheres livres que decidiam ir embora, segundo Valdir Pereira dos Santos, seguiam com seus trabalhos de venda dos produtos e serviços que dispunham para que, com o recurso financeiro auferido, fosse possível a compra de escravizados – a lei da época permitia que todos os livres podiam comprar, para assim, poder libertá-los. Essas observações a partir das análises da fala do Coordenador do grupo Esmola Cantada, nos ajuda a compreender como eram os atos de resistência de muitas mulheres negras antes mesmo de formarem a irmandade propriamente dita. Após a fundação da Boa Morte, as irmãs, assumem esse papel de prestadoras de auxílios, inclusive financeiros.

Em Salvador, os jejes tinham desde 1752 sua própria Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, que funcionava na igreja do Corpo Santo, na Cidade Baixa. Os nagôs da nação queto reuniam-se na igreja da Barroquinha, em torno da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, designação que evoca a relevância do ritual fúnebre para seus fundadores. Os angolas se acomodavam em muitas irmandades, tendo sido provavelmente os primeiros a criar confrarias, pois foram os primeiros africanos a serem trazidos em grande número para a Bahia. (Reis, 1991, p.56)

Reis, reforça os argumentos sobre a forma como as irmãs da Boa Morte cuidavam de assuntos que iam além das questões religiosas. Ainda fica evidenciado o grande respeito pela manutenção do culto aos seus ancestrais. A ancestralidade que, por sinal, é tão cara para as pessoas pertencentes às nações afro-diaspóricas por se tratar de resgates de suas histórias. Daquilo que lhes foi roubado em prol da manutenção de um sistema pautado no acúmulo de riquezas a partir do capital e exploração de pessoas. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias. (Marx, 2005. p 42)

Porém, retomando o documentário *O Povo Brasileiro em Festa* (<https://www.youtube.com/@opovobrasileiroemfesta8265>), episódio 08, sobre a Boa Morte, é importante ressaltar a análise de Valmir Pereira dos Santos, presidente do grupo Esmola Cantada, que se refere às mulheres da Irmandade como um movimento feminista e abolicionista de pessoas pretas em pleno século xix. Ainda que o termo feminismo para o período não existisse. Ele traça esse paralelo visto que essas mulheres gozavam de certa independência financeira em muitos



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



casos. Valmir Pereira dos Santos, reforça em sua fala que até os dias atuais, as mulheres da Irmandade mantêm as atividades de comércio, inclusive movimentando o turismo de Cachoeira, cidade sede da Boa Morte na Bahia e auxílio para suas irmanadas perpetuando a tradição de mais de duzentos anos. Um fato notadamente importante de se ressaltar é a presença exclusiva de mulheres pretas e praticantes de religiões afro-brasileiras dentro da Irmandade. Sobre as práticas religiosas, falaremos em um segundo momento. Veremos, agora a exclusividade das mulheres dentro da Irmandade.

No Brasil do período colonial, sabemos que a manutenção do patriarcado era uma regra. As mulheres, em linhas gerais, não tinham liberdade, eram vistas como uma subcategoria – inclusive as brancas. Na verdade, ela (quem? O autor se refere a mulheres brancas do Brasil colonial) entrincheirou-se no próprio lar - ao qual, em decorrência da nova "ordem", estava de certa maneira presa. (Alves, 2016) As poucas atividades que poderiam incluir mulheres fora do espaço doméstico, estavam vinculadas aos ritos religiosos. Nesse contexto, podemos ver a importância das ordens terceiras no processo de socialização dessas pessoas. Sobre a presença feminina nas irmandades religiosas, podemos observar que:

As irmandades de um modo geral aceitavam mulheres. No século XVII elas compunham 30% dos que ingressavam na Ordem Terceira do Carmo, proporção que subiu para 39% no século XVIII. Na Ordem Terceira de São Francisco, entre 1760 e 1770, 35,2% dos novos filiados eram mulheres. Já na ordem dominicana, entre 1816 e 1850 entraram poucas, uma para cada oito homens, expressão do perfil sexual da imigração portuguesa. Talvez refletindo uma tendência das irmandades de cor, na de Nossa Senhora dos Pardos do Boqueirão o ritmo de adesões femininas foi grande entre 1789 e 1807, quando a média de ingresso anual contava 43 homens e quarenta mulheres, diferença relativa desprezível. Neste período, foram registrados 1568 irmãos, 48,6% dos quais do sexo feminino. (Reis, 1991 p. 58)

Diante das informações apresentadas, é possível notar uma crescente participação de mulheres em irmandades religiosas. Porém, ainda segundo Reis, elas seguiam, em sua maioria, acompanhadas por seus maridos. Assim, a exclusividade da presença feminina na Boa Morte se revela muito interessante. Apesar de também haver quem acredite que a irmandade há muito tempo instalada na cidade de Cachoeira, na Bahia, não seria de fato uma ordem religiosa católica.

Em sua obra, *O Candomblé da Barroquinha*, Renato da Silveira (2006) faz essa consideração. Aponta que a Boa Morte não se configura como uma irmandade propriamente dita.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Cita Luiz Cláudio Nascimento, pesquisador da Boa Morte para apontar o provável período de fundação da ordem terceira, reforça que sua fundação é datada entre 1820 e 1850, confirma que as mulheres eram consideradas negras de partido alto – com recursos econômicos para alforriar suas irmãs sacerdotisas, e também pertencentes ao culto do candomblé.

Assim, a devoção nos seus primórdios era uma fachada para mascarar o culto dos orixás ligados à fertilidade, à terra e às águas, jamais possuiu um compromisso nem se vinculou a nenhuma igreja, tendo sido, desde sua origem, uma entidade exclusivamente feminina, não tendo portanto nem o perfil de uma irmandade católica leiga, nem o da Sociedade Gueledé africana.

(Silveira, 2006, p. 447, 448)

Porém, respeitosamente, com base em toda pesquisa realizada, discordo em parte com as postulações do autor. Afinal, a crença nos Orixás e os ritos do Candomblé não são elementos deixados de lado pelas irmãs. Aliás, faz parte da trajetória dos festejos e toda ritualística e simbolismos do culto aos Orixás implementados durante os dias em que há as comemorações ainda que feitos em momentos distintos. A própria igreja católica reconhece a Boa Morte como Irmandade leiga e colocou em seu calendário a festa do mês de agosto. Padre Hélio Cézar Leal Vilas-Boas, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Glória de Cachoeira, explica no documentário *O Povo Brasileiro em Festa*, que as mulheres da ordem terceira conseguem ver na figura que representa Maria, mãe de Jesus, a libertação das diversas formas de servidão. Para ele, a igreja reconhece a festa, as comidas, o samba, os ritos pessoais de cada irmã como algo único, independente de outras devoções. Na visão do Padre Hélio, a Irmandade existe e se mantém para unir os ritos religiosos saudando inclusive as ancestrais falecidas. As histórias relacionadas com o surgimento e desenvolvimento deste grupo de mulheres, são oriundas e das tradições orais. Como dito anteriormente, obras audiovisuais, artigos acadêmicos e pesquisas demonstram a importância dessa irmandade.

Durante a pesquisa de outras fontes áudio visuais, encontrei o programa *Conversa Preta*, exibido pela Rede Bahia, afiliada da Rede Globo. Este trouxe para o público elementos ligados à história da Irmandade. No programa, há a explicação de que esta é composta exclusivamente de mulheres negras. A importância de obras áudio visuais nesse caso, é grande. Afinal, muito do que se conhece sobre a formação e manutenção da Boa Morte, está contida na oralidade.

Acredito que o uso de história oral teria os mesmos efeitos positivos que vem ocorrendo no meu trabalho com mulheres. Pode também proporcionar aos alunos e a comunidade



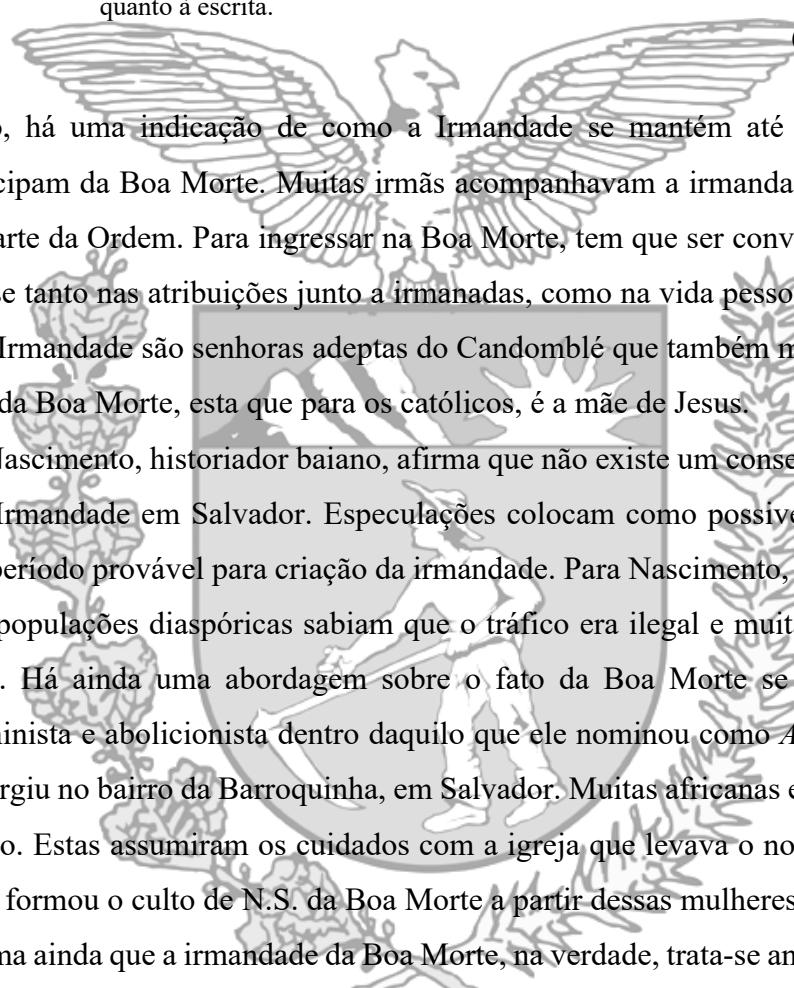
# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



na qual eles estão inseridos a percepção de que povos “sem escrita” (entenda-se, povos que não seguem o padrão euro-asiático de escrita) não são povos sem cultura e destruir a ideia nascida no século XIX de que o documento oficial é a única “prova fidedigna” de uma suposta “verdade histórica”. Apesar das mudanças pelas quais a História já passou desde o surgimento dos Annales, essa concepção ainda é recorrente, pois ela foi usada pelos europeus para deslegitimar a história de povos africanos e indígenas durante a colonização e permanece viva no senso comum. Dessa forma, a história oral pode apresentar para os jovens e para as suas comunidades que a cultura oral tem tanta validade quanto à escrita.

(Tavares, 2014. p, 195)



No vídeo, há uma indicação de como a Irmandade se mantém até os dias atuais. As ancestrais participam da Boa Morte. Muitas irmãs acompanhavam a irmandade antes mesmo de entrar e fazer parte da Ordem. Para ingressar na Boa Morte, tem que ser convidada pelas irmãs e mostrar interesse tanto nas atribuições junto a irmanadas, como na vida pessoal. Lembremos que as mulheres da Irmandade são senhoras adeptas do Candomblé que também mantém a devoção à Nossa Senhora da Boa Morte, esta que para os católicos, é a mãe de Jesus.

Cacau Nascimento, historiador baiano, afirma que não existe um consenso sobre a data de surgimento da Irmandade em Salvador. Especulações colocam como possivelmente os anos de 1800 a 1820 o período provável para criação da irmandade. Para Nascimento, as mulheres da boa morte e outras populações diáspóricas sabiam que o tráfico era ilegal e muitas pessoas exigiam suas liberdades. Há ainda uma abordagem sobre o fato da Boa Morte se tratar do primeiro movimento feminista e abolicionista dentro daquilo que ele nominou como *América Escravista*. A irmandade surgiu no bairro da Barroquinha, em Salvador. Muitas africanas e suas descendentes viviam na região. Estas assumiram os cuidados com a igreja que levava o nome do bairro nesse contexto que se formou o culto de N.S. da Boa Morte a partir dessas mulheres afrodiáspóricas. O historiador afirma ainda que a irmandade da Boa Morte, na verdade, trata-se antes de tudo, de uma devoção onde mulheres negras, acima de cinquenta anos são cultuadoras do candomblé ao passo que também cultuavam a santa católica. Ressalta também que estas levam consigo alguns traços dos ritos muçulmanos, a exemplo do bioco – véu de origem islâmica. Ou seja, segundo esse historiador, a Boa Morte seria uma Irmandade malê.

A expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Portanto os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia. Outros grupos, até mais islamizados como os haussás, também participaram, porém contribuindo com muito menor número de rebeldes.

(REIS, p. 3)



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Revolta dos Malês

O historiador Ubiratan Castro de Araújo, falecido em 2013, também apresenta sua análise sobre o fato de a irmandade ter base islâmica. Este afirmou, em entrevista também para o programa Conversa Preta, da Rede Bahia, que vínculos criados a partir de crenças religiosas como a muçulmana, traz consigo solidariedade entre as lideranças islâmicas que viviam em Salvador e aquelas pessoas que se convertiam ao islamismo. Isso demonstra como a população negra escravizada ou não se unia para proteger os seus contra às diversas opressões do sistema escravagista. Lembra inclusive, que os irmanados aprendiam a ler e escrever em árabe, o que reforça o vínculo e a comunicação entre estes em caso de divulgar suas crenças ou alguma outra necessidade.

Nesse período, segundo o historiador Carlos da Silva Jr., a época da formação coincide com um aumento do tráfico de pessoas sequestradas do Continente Africano. As revoltas sociais eram muito presentes em Salvador que culmina com a Revolta dos Malês. Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, um domingo, aconteceu em Salvador uma revolta de escravos africanos (REIS, p. 3). Porém, ele salienta que pequenas revoltas como fuga de famílias ou movimentos para formar quilombos, são traços marcantes desse período e obrigava os governantes a tomarem atitudes com relação ao modo de evitar tais conflitos.

Salvador era realmente uma cidade de grande beleza. Era também rica, mas de uma riqueza concentrada nas mãos de poucos, dentre estes muitos estrangeiros. Uma cidade cujo povo era pobre, em grande parte escravizado, mas um povo inquieto e frequentemente rebelde.

(Reis. p 27, 1991)  
A morte é uma festa

A senhora Nilzia de Carvalho, pertencente a Irmandade, reforça, em sua entrevista, que as mulheres irmanadas, em tempos de escravização de fato faziam o movimento pró abolição ou, em muitos casos, ajudavam nas fugas. Segundo ela, a devoção à Boa Morte vem do fato de elas rezarem e pedirem para Nossa Senhora ajudar os foragidos ou até mesmo os cativos para que tivessem uma boa morte, literalmente. Afinal, ainda segundo a senhora Nilzia de Carvalho, as mortes para os escravizados eram as mais cruéis possíveis. Seus corpos eram deixados em valas comuns, não havia dignidade nem na hora de morrer. Portanto, as estratégias para resistirem aos



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



atos de desumanidade dos senhores eram as mais variadas. Walmir Pereira, administrador da Irmandade, relata as diversas atitudes das irmãs para salvar os seus. A compra de escravizados era uma delas. Ele enfatiza que não se tratava de compra para manter o cativeiro, mas, para auxiliar na resistência do movimento negro no século xix. Quando a compra não era possível, muitas mulheres da Irmandade ajudavam na fuga, alimentação, medicamentos e outros meios de socorrer os que necessitavam. Esse é reconhecido como um dos muitos movimentos de família negra.

Em se tratando do sincretismo e resistência, a irmã Nilzia de Carvalho apresenta sua visão sobre as mulheres cultuarem a Nossa Senhora da Boa Morte. Segundo ela, as pessoas escravizadas não podiam mesmo cultuar suas divindades. Quando estavam juntas, as mulheres e homens faziam suas orações e cantavam pontos para suas crenças. Ao perceberem a aproximação de pessoas brancas, as músicas se tornavam maracatu, que também envolvia cantigas e batuques. Os senhores, ao perceberem que se tratava de outra coisa que não tinha viés religioso, se retiravam. Assim que percebiam sua saída, os deuses voltavam a ser cultuados pelos cativos.

A Festa da Boa Morte é contemplada por meio do Decreto Estadual 12.227/2010. Os dias de devoção e festejos, além das irmãs, são considerados patrimônio imaterial da Bahia, o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural explica em sua página na internet como ocorre os momentos da festa e ritos.

Manifestação característica da religiosidade popular que acontece todos os anos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. A festividade se inicia no dia 13 de agosto, dia dedicado às irmãs falecidas. Nesses dias as irmãs vestem-se de branco, saem em procissão carregando a imagem postada sobre um andor rumo a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. No dia 14, com a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, as irmãs saem da sede da Irmandade em procissão noturna, carregando velas, entoando cânticos proferidos durante o percurso fazendo menção à dormição de Nossa Senhora.

(<http://www.ipac.ba.gov.br/festa-da-boa-morte>)

O reconhecimento da Irmandade e Festa da Boa Morte como patrimônio imaterial, é de extrema relevância. O rito das irmãs e toda movimentação da cidade no entorno desse evento, faz com que as tradições ancestrais permaneçam vivas. A manutenção e proteção dessa história, é resistência de fundamenta a reverência da ancestralidade. Expandir o conhecimento sobre as irmanadas é algo que pode servir de exemplo para outras manifestações igualmente relevantes historicamente também sejam mencionadas e propagadas na historiografia do Brasil.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Por fim, porém não menos importante, busquei uma abordagem antropológica, a partir da leitura da obra Irmandade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras da Dra. Joanice Conceição, já citada aqui anteriormente. Penso que analisar a Irmandade da Boa Morte sob a ótica de uma mulher, antropóloga e pertencente ao candomblé, traz um aporte de conhecimentos para que possamos compreender melhor o funcionamento, as peculiaridades dessa ordem religiosa. Porém, a pesquisa de campo realizada por esta cientista, faz com que ela busque também compreender o funcionamento do catolicismo e sua relação com a Boa Morte. A autora reforça em sua escrita o objetivo das irmãs.

O objetivo é render homenagem às irmãs falecidas através dos rituais mortuários de matriz africana, que se misturam aos rituais católicos; porém, o estilo que verdadeiramente orienta suas vidas parece ser mais o africano, ainda que os rituais estejam reelaborados e ressignificados.

(Conceição, 2017, p. 63)

Joanice Conceição avalia que a Irmandade consegue manter e, de certa forma perpetuar marcas trazidas pelas primeiras mulheres que aqui chegaram forçadamente (Conceição, p. 64). A autora faz uma análise sobre as cerimônias da Boa Morte que remetem a princípios de África e do ocidente católico. Para ela, as cerimônias da Boa Morte que são feitas no mês de agosto promovem uma ligação entre os que já partiram e as comidas da chamada Ceia Branca, promovida pela Irmandade. Aqui, a morte africana é revestida pela simbologia católica, ao mesmo tempo que a Boa Morte transita também pelo universo de candomblé (Conceição, p. 14). Algo que chama atenção na leitura da obra desta autora, é o fato de ela salientar que as irmãs se negam a fazer qualquer ritual ligado ao candomblé e dizem se dedicar integralmente aos rituais católicos durante o período de festejos para Nossa Senhora da Boa Morte.

A atitude de negação das integrantes da Boa Morte traz à tona a perseguição que as religiões de matriz africana sofreram no período escravista e que, ainda hoje, são alvo de muito desrespeito. O comportamento das integrantes coloca em relevo as adversidades superadas pelos adeptos que viram uma religião, tida como marginal, tornar-se símbolo da Nação brasileira.

(Conceição, p. 15)

Sobre a perseguição que as religiões de matrizes africanas sofrem no Brasil, podemos entender bem as razões. Afinal, já foram aqui mencionadas. É possível compreender o que a autora pretende nos transmitir sobre o caráter secreto de alguns rituais das irmãs da Boa Morte. É sabido



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



que, as pessoas de fora do grupo das irmãs especulam o que acontece em rituais privados. Porém, a autora reforça em sua escrita que isso ajudou a manter muito de suas identidades. Porém, existe uma preocupação apontada na obra. O fato da festa da Boa Morte ser cada vez mais um evento tratado como turístico, que pode descaracterizar o real sentido dos festejos para as irmãs e o número de irmanadas que gradativamente diminui. No livro, há um depoimento de uma das participantes que relata o fato das irmãs mais velhas não darem conta de todos os festejos e eles correrem o risco de cair nas mãos de terceiros, não pertencentes ao grupo da ordem religiosa.

Acho que deveria ter uma festa lá perto do cais para os turistas, porque o turista vem depois da procissão não tem mais nada para ver; aí, tendo a festa por lá, continua se distraindo até ir embora. Eu estou de acordo que faça a festa deles de noite, mas que não venha atrapalhar o setor das missas e da procissão; Cachoeira é grande, tem espaço para todo mundo. Também sou de acordo que entrem outras mulheres porque entrei em 74 e não entrou mais ninguém, já morreram mais de 30 e se entrou 10 foi muito. Não está renovando; todo ano botava irmã de bolsa assim para ajudar, para ficar vendo o procedimento dela, daí olhava se podia fazer parte da irmandade; a pessoa ia aprendendo as coisas para ser irmã. As que estão, estão ficando velhas, não está aguentando nem fazer a festa, carregar o andor...

(Depoimento recolhido com uma integrante em 2003)

(Conceição, 2017, p. 66)

Joanice Conceição também aponta o cuidado e a devoção das irmãs, em todas as hierarquias da irmandade. Ressalta que os simbolismos das práticas ritualísticas são notórios tanto no que diz respeito ao catolicismo como no candomblé. Ambas, se mesclam e apresentam identidade.

Os rituais realizados publicamente pelas mulheres da Boa Morte dizem respeito à morte de Maria, porém, nessa oportunidade, as integrantes estabelecem uma relação direta com os orixás relacionados à morte, ou seja, divindades que incorporam em pessoas vivas; portanto, trata-se de uma maneira diversa de render homenagem aos mortos.

(Conceição, 2017, p. 66)

Diante de tudo aqui exposto, é possível ressaltar que a história e memória de uma instituição como a Irmandade da Boa Morte, se faz mais do que necessária diante da manutenção do culto dos ancestrais e toda resistência para se manter viva na história do povo baiano e do Brasil. Apresentar exemplos como os das irmãs, revela um modelo de prática de ensino que aproxima os estudantes de realidades mais próprias. Desnuda suas visões para o enfoque de eventos ou personalidades construídas politicamente pelas mãos brancas e eurocêntricas. Nos imprime protagonismo e pertencimento. Que assim seja.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



### CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO USADO PELOS ALUNOS DOS SÉTIMOS ANOS DA ESCOLA PÚBLICA ONDE SOU EFETIVA

A pesquisa tem como base o livro didático de história utilizados com os estudantes de ensino fundamental dois, da rede municipal de ensino, localizada no município de Lucélia, estado de São Paulo. A série que é o foco deste estudo, é o sétimo ano. A escolha por este ano do ensino fundamental se dá por alguns fatores, entre eles: nesta etapa/ano de estudo, as e os estudantes já estão ambientados com a escola em sua maioria, assim como a utilização dos recursos didáticos que estão à disposição deles e delas, além de muitos já terem sido iniciados em projetos de pesquisa locais incluindo processos identitários de reconhecimento da importância dos povos negros e originários na construção da história. Como se trata de um projeto que envolve representatividade e muitos desses estudantes são afrodescendentes ou negros, esse toma uma maior proporção e relevância. (29/01) O livro destinado aos alunos do sétimo ano, contemplam temas como, por exemplo: O mercantilismo e a colonização da América, as fronteiras na América portuguesa, Povos africanos e a conquista dos portugueses que nos parece apontar para o protagonismo dos europeus em detrimento de outros povos como é o caso dos africanos e originários. Porém, os objetos de conhecimento, em que pese o fato de abordarem saberes e culturas de outros povos não europeus, ainda assim os relaciona com os colonizadores. Na imagem do índice do livro apresentada abaixo, podemos ver alguns desses conteúdos. Estes seguem as bases da BNCC. O município onde atuo, forjou seu currículo interligado diretamente com a Base Nacional de Conteúdos Curriculares. Sendo assim, o que trabalhamos fundamenta-se nesse modelo.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

<b>Unidade 4</b>	
<b>Escravidão, economia e dinamismo colonial.....</b>	184
<b>CAPÍTULO 10: Povos africanos e a conquista dos portugueses.....</b>	186
1. Reinos africanos às vésperas da chegada dos europeus .....	187
Reino de Mali.....	187
Império Songai.....	189
Reino de Benin.....	190
Império Monomotapa.....	191
Infográfico: A Grande Zimbábue.....	192
Conexões.....	194
Reino do Congo .....	198
Trabalhando com documentos.....	199
Mapeando saberes.....	202
Atividades.....	203
Autoavaliação .....	203
<b>CAPÍTULO 11: Escravidão, tráfico e práticas de resistência.....</b>	204
1. A África e a escravidão.....	205
A roedura continental .....	206
2. A chegada dos europeus e o tráfico transatlântico .....	208
3. O tráfico de africanos escravizados para a América portuguesa .....	210
4. A utilização da mão de obra indígena .....	211
5. Africanos escravizados na América portuguesa.....	212
6. Expressões culturais e de resistência.....	213
Trabalhando com documentos .....	216
7. Os quilombos .....	217
Vivendo no tempo .....	218
Mapeando saberes .....	220
Atividades .....	221
Autoavaliação .....	221
<b>CAPÍTULO 12: A produção açucareira na América portuguesa e outras atividades.....</b>	222
1. A produção açucareira na América portuguesa .....	223
Uma sociedade de senhores, escravizados e comerciantes .....	224
Os engenhos de açúcar .....	224
Trabalhando com documentos .....	225
2. Outras atividades da economia colonial .....	226
Atividades agrícolas e extrativistas .....	226
Criação de gado .....	227
3. Os holandeses no Brasil .....	228
O nordeste holandês .....	229
A administração de Nassau (1637-1644) ...	229
Insurreição Pernambucana (1645-1654) ...	230
Mapeando saberes .....	231
Atividades .....	232
Autoavaliação .....	233
Projeto 2º semestre (Conclusão) .....	234
<b>CAPÍTULO 13: A atividade mineradora e o dinamismo econômico e cultural.....</b>	236
1. O ouro transforma a América portuguesa .....	237
Povoamento .....	237
Mercado interno .....	238
Trabalhando com documentos .....	239
Infográfico: Distribuição da população na América portuguesa entre os séculos XVI, XVII e XVIII ..	240
2. Transformações sociais e culturais .....	242
A atuação das irmandades .....	242
3. Exploração e administração mineradora .....	243
Para onde foi o ouro da colônia? .....	244
Mapeando saberes .....	245
Atividades .....	246
Autoavaliação .....	247
Lendo imagens .....	248
Como fazer .....	250
Bibliografia .....	256

Figura 1. Índice do livro Teláris PNLD, 2020

O conjunto de livros didáticos adotados em processo de votação pelos professores entre os anos de 2019 e 2023, foi o Teláris história, ensino fundamental, anos finais, autores Cláudio Vicentino, José Bruno Vicentino. Portanto, esse material é o foco da análise. A turma recorte esse estudo, cursa o 7º ano do ensino fundamental. O material destinado para esta fase de aprendizagem aborda, segundo a BNCC, conteúdos relacionados à compreensão sobre a formação do continente



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



americano bem como a presença dos africanos neste local, entre outros. Segue abaixo em especial o capítulo 10 do livro e alguns objetos de estudo que foram analisados.

<b>10. Povos africanos e a conquista dos portugueses</b>	<b>A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História</b> A ideia de "Novo Mundo" ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno	<b>[EF07HI02]</b> Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.
	<b>Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial</b>	<b>[EF07HI03]</b> Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.
	<b>As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Oriental</b>	<b>[EF07HI13]</b> Characterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico. <b>[EF07HI14]</b> Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.
	<b>A reestruturação dos vínculos nas Américas</b>	<b>[EF07HI12]</b> Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes regiões e sua influência na formação da identidade cultural do Brasil.

Figura 2, tabela de habilidades livro Teláris. Capítulo 10

De posse do material didático, observei, a partir de suas temáticas nos títulos dos capítulos - em especial o capítulo 10, se apresentam dentro de um ponto de vista que se mantém há décadas. O europeu. Nota-se que cada capítulo parte de um pressuposto da visão europeia sobre os povos africanos, ou os originários. A sensação de que o sentido histórico é dado apenas a partir de pressupostos advindos dos colonizadores.

O problema da narrativa mestra eurocêntrica foi evidenciado pelos pesquisadores do ensino de História no final dos anos 1980 e causa espanto perceber que ainda se configura como um impasse que se tentou enfrentar na primeira versão da BNCC, em 2015, e não se conseguiu superar. Mesmo a importante conquista das leis sobre cultura afro-brasileira e indígena encontra seus limites na velha organização quadripartite do século XIX que insiste em permanecer como uma tradição social bem sedimentada.  
(Moreno, 2019, p. 111)

O que o autor Jean Carlos Moreno aborda nesse recorte vem ao encontro daquilo que analiso ao me deparar com o livro didático de história. Devo aqui salientar que não se trata apenas do livro Telaris, ao longo de minha carreira lecionando, já me deparei com inúmeros semelhantes na abordagem eurocêntrica dos conteúdos de história. Mas, Moreno em sua obra *Tempo Colonizado* já apresenta a discrepância entre a necessidade de estudar história para além da visão europeia e a dificuldade de implantar esse modelo de fato.

Em 2015 quando, na construção da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tentou-se interferir e modificar a lógica eurocêntrica da organização da História escolar, a reação dos próprios historiadores em suas associações de cátedra foi veemente. Até mesmo a Associação Nacional de História (ANPUH), que tantas vezes se ergueu na defesa dos valores democráticos no país, emitiu uma Carta de Intenções (2016) que, em



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



seu item 5, exigia que na nova prescrição curricular “se contemple os conteúdos de História Antiga e Medieval”  
(Moreno, 2019, p.100)

Portanto, é possível observar com base nessa leitura, que não há um consenso de como se trabalhar temas históricos sem que haja essa divisão pautada no tempo do europeu que, em nosso caso, é o colonizador. Dito isso, se faz necessário nesse estudo abordar os conteúdos que dizem respeito às populações não europeias evidenciando suas fundamentais relevâncias em na construção de nossa diversidade e identidade aqui no Brasil.

A dualidade, a tentativa de conciliação, tem sido marca da cultura brasileira. O que é preciso buscar é o entendimento do porquê de tão longa permanência do tempo colonizado no ensino e na aprendizagem da História e encontrar caminhos concretos para sua superação.

(Moreno, 2019, p 100)

É importante a busca constante de conciliação entre o que os materiais disponíveis para o trabalho possuem e o que podemos trabalhar além deles. Afinal, os livros didáticos não devem ser totalmente descartados. Eles são um dos caminhos que podemos utilizar até para questionar a disposição dos temas elencados. Durante o período que cursei história, no campo da didática do ensino, muito se falava sobre as mudanças ocorridas durante a década de 1990 aqui retratado por Jean Carlos Moreno.

No que diz respeito ao combate ao eurocentrismo, a situação foi um pouco diferente. No rol extenso de conteúdos e possibilidades de abordagens, inspirados na historiografia francesa, o enfrentamento e as estratégias de superação desta concepção arraigada no ensino de história brasileiro ficavam diluídos entre tantas alternativas de escolha oferecidas ao professor. Mesmo tendo o grande mérito de ter valorizado profundamente as culturas indígenas e destacado muitos elementos de História da África, percebe-se que estes conteúdos se apresentavam como uma opção entre outras para abordar temáticas universais, deixando a cargo do professor a difícil escolha de que caminho privilegiar.

(Moreno, 2019, p. 106)

A observação descrita pelo autor evidencia um grande dilema até os dias atuais para nós, professores. Mesmo dispondo da BNCC, ainda é difícil buscar formas de enfatizar a história dos colonizados a partir dos pressupostos de suas capacidades intelectuais, sociais e de poderes se levarmos em consideração que o livro didático, muitas vezes é nosso maior recuso em sala de aula e este nos leva para o lugar eurocêntrico. Desse modo, penso que trabalhar a história sob uma perspectiva não eurocêntrica ainda é um desafio para a maioria dos profissionais de ensino em



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



história. Porém, extremamente necessária a busca por ensino que superam a colonialidade de poderes e saberes.

Apesar do livro didático Telaris do sétimo ano seguir a BNCC, é possível observar que desde o primeiro capítulo, a história é contada sob a ótica do europeu e suas conquistas nas páginas 14, 15 e 16 desse livro, é possível ver o título da unidade 1 - Europa, América e Oriente: transformações, encontros e conquistas. Assim seguem os outros temas como a unidade 2 - Transformações culturais, religiosas e políticas na Europa moderna, a unidade 3 - Europa e a colonização da América, unidade 4 - Escravidão, economia e dinamismo colonial. Reforça, portanto, o ponto de partida para contar a história tomando por base a Europa. Meus questionamentos estão em como poderei trazer a história contada no livro para o plano da ressignificação de conteúdo de modo a questionar o eurocentrismo contido nos textos dispostos neste suporte pedagógico. Mesmo ao verificar os títulos dos capítulos dispostos no livro em questão, é notória a presença do viés europeu para contar os eventos históricos. Assim, foi necessária a busca por autores e autoras que abordam história na sala de aula. Ou seja, busquei aproximar a prática de ensino do que é abordado em temas do livro que trabalho para realidade dos meus alunos e para enfatizar que os povos não europeus têm suas vivências e especificidades. Afinal, compreender a história dos descendentes de África e dos africanos pela ótica da construção de saberes relevantes, faz parte da formação de uma educação antirracista. Segundo o site de associação de investidores sociais privados, GIFE

Dados do Censo Escolar de 2022 mostram um grande percentual de estudantes pretos e pardos no EJA (Ensino para Jovem e Adulto). Segundo o levantamento, 77,5% dos matriculados no Ensino Fundamental são estudantes negros, enquanto 20,2% são brancos.

[\(https://gife.org.br/\)](https://gife.org.br/)

Esta organização sem fins lucrativos nos mostra pelos dados coletados a emergência de uma educação voltada para a prática de valorização do conhecimento e cultura do povo negro, visto que a grande maioria dos estudantes são alunas e alunos afrodescendentes. Se enxergarem em processos históricos que evidenciam o protagonismo e a resistência de seus ancestrais, é fornecer oportunidades de conhecimento e empoderamento. Sobre esse aspecto, doutora Bárbara Carine salienta que

É preciso intelectualizar pessoas negras. Nesse sentido, destaco a importância de intelectualizarmos pessoas negras. Se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



razão, é pelo intelecto que reconquistamos a nossa dimensão humana. Desse modo, apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras é essencial.

(Pinheiro, p. 83, 2023)

Esse trecho da obra *Como ser um educador antirracista*, é profundamente pertinente quando pensamos o quanto a história da humanidade caminhou dentro da estrutura racista replicando ao longo de séculos elementos de desumanização de corpos negros. Nesses termos, devemos atentar para nossa formação e prática educacional, para que o discurso falacioso da superioridade de civilizações europeias não prevaleça. Devemos nos formar para além dos livros didáticos. Usá-los como suporte pedagógico até para problematizar os títulos neles propostos.

Preciso aqui salientar que o livro didático que trabalho no sétimo ano, *Teláris* apresenta textos que tratam da resistência de povos nativos do continente americano, povos africanos, impérios como o de Mali, resistências contra a escravização. Porém, nota uma ausência de protagonismo em relação a estes povos e suas histórias. Como ressaltei anteriormente, os temas partem de pressupostos europeus. Em que pese o fato de os autores trazerem textos sobre povos e culturas não europeias, o princípio é da história linear e eurocentrada.

Quando foi concebida a ideia de tratar a história de resistências e sociabilidades partindo do exemplo das mulheres que compõem a Irmandade da Boa Morte, na Bahia, o objetivo era trazer visibilidade para a história do Brasil contada por meio de uma perspectiva que vai além da colonialidade ou dos saberes etnocêntricos europeus.

Nos mais de quinze anos da aprovação da referida da Lei 10.639/2003, se percebe que a descolonização do imaginário racial ainda está em curso no espaço escolar, ainda há, demanda tanto de elaboração de materiais didáticos, que tenham como princípio a desconstrução do preconceito racial vivenciado pela população negra e os povos indígenas, como a elaboração de formações de professores e de professoras comprometidas/os em repensar suas ações pedagógicas para uma educação decolonial.

(Felipe, ano. p 56)

Por outro lado, quando tratamos da Lei 10.639/2003, que completou em 2023, vinte anos, a aplicação de conhecimentos sobre história da África e Cultura Afro-brasileira é além de legalizada, uma necessidade que urge na promoção de uma educação emancipadora e antirracista de fato. Mas, acima disso, é um compromisso moral dos professores de todas as disciplinas - compreender a construção do seu povo, refletindo sobre como essa história foi escrita sob a lógica



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



do poder de quem a detinha – os europeus, nossos colonizadores. Assim, poderemos entender os porquês de muitos agentes históricos não fazerem parte da construção historiográfica do nosso povo.

Desta pesquisa e atividade de reflexão, que se gerou o produto final que consistiu na elaboração de uma aula oficina, com vistas na formação de professores tomando como base os conhecimentos agregados por autores como Jean Carlos Moreno que aborda as noções de tempo e estudos históricos que superam a visão eurocêntrica de marcadores temporais. O intuito, é possibilitar aos profissionais de ensino, reflexões sobre a construção das diversas vertentes históricas ao longo do tempo e fazê-los imergir em conhecimentos que abraçam visões que vão além da colonialidade estabelecida e colocada como verdade absoluta por tanto tempo. Desse modo, possibilitar que estes construam suas sequências didáticas abordando temas diversos sobre grupos étnicos, ou até mesmo outros saberes históricos, partindo de conhecimentos mais próximos de nossas realidades, e das realidades dos diferentes grupos étnicos e sociais. Por meio da formação continuada para esses profissionais, será possível oferecer para os dissidentes, uma abordagem histórica que privilegie sujeitos e grupos sociais históricos que sempre estiveram excluídos da história e dos documentos educacionais de forma que possam ser abordados conteúdos de forma mais empática sobre os protagonistas históricos ainda não contemplados na historiografia e nos livros didáticos. Sobre a formação continuada para educadores antirracistas, a Doutora Bárbara Carine Soares Pinheiro, em sua obra *Como ser um educador antirracista*.

Falei aqui bastante sobre o aspecto da formação, pois ele é importantíssimo para qualquer escola que se propõe a ser antirracista. Esse compromisso formativo continuado precisa ser assumido pela escola, seja formando internamente, seja contratando pessoas com expertise prática e teórica no campo. Infelizmente os cursos iniciais de formação de professores/as (pedagogias e licenciaturas) no Brasil não cumprem esse papel, mesmo depois de vinte anos da Lei n. 10.639/2003. Fizemos isso pontualmente com nossos/as educadores/as, que se desenvolveram localmente e depois se tornaram sementes, aprimorando os conhecimentos adquiridos não só nas práticas escolares na Maria Felipa, mas nos seus outros locais de trabalho e na sua vida como um todo. (Pinheiro, 2023, p. 78)

A escola Maria Felipa é a primeira no Brasil voltada para a formação de alunos e alunas com o foco na educação afrodescendente e africana. Sigo o trabalho realizado e as explanações de



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Bárbara Carine há alguns anos, a obra *Como ser um educador antirracista*, é perfeita para pais e professores compreenderem a importância do letramento racial e social na formação de crianças e jovens. Tenho a esperança de trazer a prática da construção dos estudos antirracistas em história por meio dos inúmeros conhecimentos produzidos através de intelectuais negros e negras. Estes que maravilhosamente ganham cada vez mais o merecido e necessário espaço nas mais diversas mídias. Porém, no passado, por força da política de apagamento provocada pelo racismo estrutural, foram deixados e deixadas de lado. Minha prática educacional visa ser aliada e promotora de obras desses intelectuais tanto na formação docente, como dissidente. No contexto do corpo de educadores, tenho esperança de possibilitar o aprimoramento dos planos docentes, de modo que esses se tornem, mais relevantes em uma perspectiva de construção de diversidade dos saberes, contemplando o alcance do senso de criticidade, autoconhecimento e autoidentificação por parte dos alunos negros e negras que, outrora, não se viam como possíveis participantes na formação da história do Brasil, com seus antepassados, ou os viam da forma distorcida conforme a colonialidade apresenta, ou seja, como dominados e subalternos. A ideia é mostrar que isso não corresponde com a realidade. A autora Bárbara Carine reforça a necessidade de formação constante dos educadores em pautas voltadas para os grupos sociais que não são contemplados como o grupo LGBTQIAPN+ além de indígenas e por óbvio os negros e negras. A autora menciona que para a escola Maria Felipa funcionar, foi e é necessária uma constante formação de todas as pessoas que fazem parte da escola. É preciso salientar que, segundo Bárbara Carine, para que seja possível entender a educação antirracistas, inicialmente, é necessário reconhecer que existe algumas práticas costumeiras mantidas por meio do pacto da branquitude. Importante trazer à tona o conceito desse pacto advindo da autora Cida Bento, por meio de sua obra *O pacto da branquitude*. Tanto Bárbara Carine como Cida Bento apontam esse fenômeno como o grande mal para a manutenção do racismo estrutural.



## CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO ANITIRRACISTA: UMA PRÁTICA.

Ao longo do tempo em que esta dissertação se constituía, nascia o projeto Mostra de Conhecimentos da Cultura Africana e Afro-brasileira com os alunos e alunas da escola pública na qual trabalho, no município de Lucélia, interior do estado de São Paulo. Ao começar a conceber as bases desse projeto, percebi que a necessidade de introduzir estudos sobre a cultura afro-brasileira e africana era urgente. Não só por se tratar de lei – 10.639/2003, mas também apresentar, ainda que de forma introdutória, as bases para o letramento racial tanto para os profissionais da educação do município como para os alunos. A Mostra teve como objetivo, evidenciar alguns dos muitos equívocos cometidos na comunidade escolar no que se refere ao reconhecimento da importância do empoderamento, conhecimento de suas raízes ancestrais e construção do orgulho do pertencimento a estas origens por parte das crianças e jovens negros desta escola.

Neste capítulo, a intenção é demonstrar quais falas e atitudes eram cometidos de forma errônea entre os discentes, principalmente, com relação a não aceitação de suas identidades. Seja por desconhecimento ou por sempre observarem comportamentos que remetiam ao rebaixamento de suas subjetividades quanto pessoas negras. Portanto, há uma certa necessidade de alunos e alunas afro-descentes em sociabilizarem nesse espaço a partir da introdução de saberes africanos. Porém, muitos se autodepreciavam ou cometiam falas problemáticas que remontam a intolerância religiosa, colegas de sala de aula que acham engraçado chamarem seus amigos de macaco, fedidos, cabelo ruim, macumbeiros, depreciam a existência das pessoas negras com quem convivem. Muitos desses jovens também negros e negras usam esse recurso, talvez por não se aceitarem, ou apenas por desconhecerem o potencial de suas ancestralidades. Em relação ao problema de autoaceitação dos jovens negros dessa escola, quando questionados por outros profissionais da educação, a resposta muitas vezes era *eu posso falar porque sou negro também*. É evidente que ao ouvir algo dessa natureza, uma pessoa, sem iniciar seu letramento racial corre o risco de dizer *eles mesmos são racistas com eles* – infelizmente, essa retórica é mais comum do que podemos imaginar.

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



(Ribeiro, 2017, p. 20)

Quando a filósofa Djamila Ribeiro (2017), atenta sobre a necessidade de políticas identitárias. De fato, há uma necessidade evidente que estas existam. A construção da subjetividade dos alunos, por exemplo, depende disso também. Afinal, nossa historiografia é repleta de elementos ao longo de séculos que nos remonta ao fato de que a história foi esquita pela mão dos vencedores, brancos de origem europeia. Assim podemos pressupor que ideias e convicções de outros povos, nesse caso os dominados, são secundarizados ou apagados. Para Peter Burke (1992), a escrita da história tem intencionalidade.

De um lado, os historiadores estruturais mostraram que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até à experiência e os modos de pensar das pessoas comuns. Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam um a linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle.

(Burke, 1992, p. 330)

Com a intenção de demonstrar que a história tem inúmeras abordagens que enfatizam e evidenciam o potencial de povos negros, antes relegados ao apagamento, trouxe como premissa básica, conhecimento junto aos autores e autoras negras. A necessidade de abordar a história contada a partir de intelectuais que questionam o colonialismo e suas estruturas se tornou uma prioridade. Joice Berth, em sua obra Empoderamento, por exemplo, nos ensina que empoderar pessoas urge como uma necessidade. Porém, há que se pensar nas naqueles que não têm acesso aos pressupostos de poder no que tange a seara dos acessos aos meios sociais de educação superior e políticas públicas afirmativas para população negra conseguir a equidade social de fato. É uma luta da coletividade a busca por empoderar vários seguimentos até então destituídos de protagonismo.

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstruem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser.

(Berth, 2019, p. 54)



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Assim, pensei em algumas estratégias ao longo do ano. As turmas que leciono nesta escola eram de sextos e sétimos anos no ano de 2023. Com os sextos anos, iniciei minhas abordagens em conhecimentos históricos apontando a África como um continente repleto de populações, crenças, ciência e muita tecnologia para ser apresentada e analisada. A obra utilizada, História preta das coisas da Dra. Bárbara Carine. Este livro traz uma abordagem simples e apresenta inventos, adaptações de coisas já inventadas, além de evidenciar o protagonismo dos povos e criadores negros de várias partes do mundo. Um dos exemplos que utilizei a partir desse livro, a mancala é tida como um dos jogos mais antigos do mundo; há quem chame de pai dos jogos (Pinheiro, p. 7). Pensei em trazer este invento com o intuito de aguçar o interesse das crianças a partir de algo lúdico que pudesse ser confeccionado e jogado por eles. Sobre a mancala, Dra. Bárbara Carine explica.

A primeira evidência do jogo é um fragmento de um tabuleiro de cerâmica e diversos cortes de rocha encontradas na Etiópia, no antigo império Axum datado por volta do século VI, contudo, estima-se que o jogo surgiu em Kemet há cerca de 4000 anos.

Mancala é um nome amplo dado a muitos jogos matemáticos de raciocínio lógico cultivados no continente africano, que guardam entre si diversas semelhanças. Dependendo da região que o jogo é realizado ele recebe um nome diferente; são mais de 200 designações.

(Pinheiro, 2021 p. 7)

Desse modo, a prática educativa surge exatamente desse trecho do livro de Bárbara Carine para apresentar a noção de que a história vai além de seu componente curricular, abraça também outras esferas de conhecimento como a lógica e a matemática. A partir dessa informação, os alunos pesquisaram como confeccionar, jogar e apresentar o jogo para outros colegas. Por meio desse conhecimento aparentemente simples, os dissentes entenderam que matemática também é África. Muitas crianças se viram em situação de revisitar conhecimentos como, por exemplo as pirâmides do Egito, faziam perguntas sobre como elas foram feitas, se havia outras formas de contagens e cálculos no continente africano. A curiosidade foi estimulada aos poucos desde o início do ano. Ao tratarmos de História dos Reinos na Antiguidade, para além do Egito, lhes apresentei o Mali, Reino Kusch, Zimbábue. Lhes foram apresentadas as diversas formas de vivências culturais, relações estabelecidas com as mulheres, uso de tecnologias, o valor da oralidade na história. Divindades egípcias foram estudadas através do uso de música. A escolhida,



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Faraó Divindade do Egito, interpretada por Margareth Menezes. Curiosamente, além de aprender o refrão - que é contagiente e compreender sobre as divindades egípcias, foi possível refletirem sobre as desigualdades existentes provenientes de questões raciais. Afinal, a letra desta música refere-se também ao pedido do povo negro por igualdade para que se acabem as segregações. Expliquei o ano de criação da música, 1987. De forma mais simplificada, apresentei os conceitos de *apartheid* e os problemas desse sistema para as populações negras.

Os alunos dos sétimos anos tiveram acesso aos conteúdos relacionados às diversas formas de resistência das populações afrodescendentes em um contexto de Brasil colônia portuguesa. Entre as mais estudadas, estão os quilombos, a capoeira como luta marcial além da religiosidade africana que se formou no Brasil a partir da diáspora forçada. Para essas turmas, foi possível trazer a Irmandade da Boa Morte como um dos conteúdos. Preciso, nesse ponto, fazer um adendo: a maioria dos discentes para quem leciono na escola pública é de orientação cristã. Muitas famílias não permitem inclusive que participem de atividades como festa junina ou visitação em museus indígenas. Por essa razão, sempre, antes de iniciar os conteúdos sobre temas relacionados aos povos africanos, mencionava a lei 10.639/2003. Isso é algo que me incomoda profundamente. Aliás, me motiva a seguir trabalhando uma educação antirracista, pois como afirma David Souza (ano, p.)

A representatividade desempenha um papel crucial na Educação Antirracista. Ela envolve a presença e a participação equitativa de pessoas negras em todos os âmbitos da educação, desde o corpo docente até os materiais didáticos. A representatividade não se resume apenas à presença física, mas também à valorização das contribuições e perspectivas dos indivíduos negros.”

(Souza, 19 fev. 2025)

O autor David Souza, chama atenção para o papel da educação antirracista no que se refere a atuação docente. A participação equitativa de pessoas negras e de outras etnias no ambiente escolar como professores e professoras, gestores, psicólogos, traz uma importante noção de representatividade. Porém, há que se avaliar como tal presença se manifesta. Os profissionais da educação, precisam de formação anticolonialista e antirracista, além de sensibilidade para colocar em posição de protagonismo os grupos que historicamente foram apagados. Afinal, a cultura antirracista, é uma obrigação que toda sociedade precisa aprender e abraçar. Isso de trata de reparação histórica. Uma herança hedionda da branquitude que nos foi deixada. O racismo é um



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



mal que se perpetua pela conivência ou desconhecimento daqueles que não se sentem afetados por ele. Isso precisa ser um tema recorrente nas escolas e sobremaneira, na comunidade docente. Nem preciso aqui mencionar que o antirracismo não depende exclusivamente da luta do povo negro. Deve ser um pacto coletivo para erradicar a estrutura perversa que toma como base a cor da pele para julgamento, apagamento e marginalização de pessoas em todas as idades. Isso é inaceitável. Nesses termos que o trabalho aqui proposto visa contribuir de forma significativa na formação continuada de profissionais letados racialmente, com estudos contínuos sobre os temas relacionados à equidade dos acessos em todos os setores sociais e em suas crenças. Assim versa nossa Constituição Federal (1988) – trouxe especificamente dois parágrafos.

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- **VI** — é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- **XLII** — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

(<https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5>)

Nesse ponto, se faz necessário fazer uma ressalva. Mesmo que o artigo 5º de nossa Constituição preveja igualdade perante a lei, é necessário que façamos uma reflexão sobre isso. Tratar com igualdade, nem sempre nos garante dignidade. Pois, aqui, trabalho uma dimensão antirracista justamente pelo fato de nossa sociedade ter sido forjada em bases racializadas excludentes de políticas públicas para pessoas não brancas. Além disso, é preciso também ressaltar a ligação direta entre dignidade e condições econômicas. Afinal, somos também fundamentados em pensamentos liberais que nos coloca em posição de mais ou menos acesso a alimentação, moradia de qualidade e saúde relacionadas ao nosso ganho financeiro. Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla graduação das posições sociais [...] (Marx, 2005). Como compreendemos a partir de Marx e Engels, no Manifesto comunista, essas posições sociais são definidas a partir do capital. Sendo assim, penso que nossa Constituição nos coloca no princípio da igualdade. Mas, de fato, os acessos sociais equitativos estão longe de serem alcançados. Dito isso, a esperança que permeia este trabalho é de que tal realidade mude a partir do acesso à educação de qualidade, além do letramento racial e social de ampla magnitude.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Sobre os discentes dos sétimos anos em 2023, foram, em sua maioria, alunos meus no ano anterior. Houve, uma prévia introdução nos temas relacionados à diversidade cultural dos povos africanos e seus legados na construção de nossa identidade. Assim seguimos para compreender as diversas linguagens dos povos afrodescendentes no Brasil, para resistir e sociabilizar dentro de uma história na qual estes forçosamente foram inseridos. Assim conteúdos como a Irmandade da Boa Morte puderam ser abordados em história do Brasil Colônia como um dos exemplos de empoderamento feminino, questões de gênero e raça.

A introdução ao tema, religiosidade e resistências no Brasil colonial começou no momento em que estudávamos Reforma Religiosa. Sempre são traçados paralelos cronológicos com eventos ocorridos em nosso território. Ao explicar que, durante o movimento reformista, houve um rompimento no cristianismo ocidental, e tal fato levou à perseguição de cristãos, já aponto para o Brasil – colônia cristianizada no catolicismo. Por meio de seu colonizador, Portugal, a única fé professada deveria ser a católica. Os escravizados que foram sequestrados de África e os povos originários - indígenas, deveriam seguir pressupostos dessa religião. Portanto, outras manifestações religiosas, eram vistas como seitas ou paganismo. Assim, era vedado o direito dos povos diaspóricos de professarem sua fé. Assim, surgem os inúmeros tipos de preconceitos que são transmitidos entre as gerações.

Todavia, avanços em relação ao eurocentrismo podem ser detectados neste período. Os currículos passam a ter fundamentação teórica (pressupostos metodológicos) e nelas a questão geralmente é discutida, fazendo-nos crer que nos cursos de formação continuada dos docentes também tenha sido. Na prática, a questão da linha do tempo única eurocêntrica ficava em segundo plano em relação à temática mais fundamental para o ensino de História nos anos 1980 que seria a do trabalho e dos trabalhadores e incluía as relações de exploração a que foram submetidos os povos indígenas e afro-brasileiros.

(Jean Carlos Moreno P. 105)

Quando abordo temas como a Reforma Religiosa e acrescento temas relacionados às diversas histórias associadas ao povo no Brasil que, em pleno século XVI se via em processo de dominação do colonizador, quero evidenciar dois pontos: a história reside independente dos períodos na concomitância de eventos e a construção histórica não deve ser abordada apenas sob um ponto de vista. Moreno (ano), apresenta na citação acima a recente mudança de paradigma nos estudos dos povos submetidos aos diversos domínios bem como a demanda de tratarmos a história



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



para além do colonizador. Assim, a necessidade de traçar paralelos históricos em minha prática pedagógica, urge como uma necessidade há muitos anos. Dito isso, retomo a abordagem didática com meus estudantes dos sétimos anos em 2023. Os discentes começaram processos de imersão nos temas que traziam as diversas formas de resistências produzidas por povos africanos e afrodescendentes. Nesse contexto, apresentei os movimentos quilombolas, a capoeira como luta e as diversas manifestações religiosas que precisavam (??), em tempos de colonização e proibições serem professadas a partir da associação de santos católicos e divindades africanas. Os alunos tiveram acesso aos conhecimentos do sincretismo religioso. Tema, por sinal amplamente debatido por ser atualmente algo questionável por defensores dos movimentos antirracistas.

Na religiosidade dos colonizadores, parecia haver um misto de hipocrisia e perversidade: professar a religião católica e ser cristão não necessariamente eram equivalentes. Consideramos aqui o ato de ser cristão em seu sentido mais específico: quando alguém age de forma ética e humana, pratica o amor ao próximo e segue mandamentos divinos que pregam, por exemplo, que não se deve matar o próximo nem cobiçar os bens de outrem.

**SINCRETISMO RELIGIOSO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA TRANSNACIONAL E TRANSLACIONAL: DIVINDADES AFRICANAS E SANTOS CATÓLICOS EM TRADUÇÃO**

Tito Lívio Cruz Romão\* in  
<https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/?format=pdf&lang=pt>  
p 362

É muito pertinente refletirmos acerca do que aponta o autor Tito Lívio Cruz Romão sobre o cristianismo. Essa diferença substancial sobre o ser cristão e praticar ensinamentos de Jesus Cristo bíblico bem como a figura histórica, ajuda a analisar a forma como os dominadores agiram em relação aos seus interesses expansionistas sob a égide do avanço do cristianismo. Todo processo de opressão aos povos originários e os sequestrados de África nada tem a ver com os ensinamentos do Jesus histórico ou bíblico. Não por acaso há uma busca do descolamento das associações dos santos católicos aos Orixás, por exemplo. Esses temas são também levados para sala de aula com o intuito de demonstrar as diversas formas de equívocos cometidos a partir de visões colonizadas, preconceituosas e estereotipadas sobre as religiões de matriz africanas. Exemplos como a história da Irmandade da Boa Morte são colocados na pauta de estudos para demonstrar que viver em um local totalmente avesso a sua existência, era desafiador e sociabilizar nesse universo se fazia necessário ainda que fosse utilizando ícones da religião católica. Como é



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



o caso de Maria, mãe de Jesus, que é celebrada há séculos por mulheres praticantes do candomblé. Desse modo, observa o autor Tito Lívio Cruz Romão:

O sincretismo religioso afro-brasileiro como aspecto cultural foi – e continua a ser – uma estratégia de sobrevivência transnacional, pois teve sua origem exatamente no desarraigamento de milhões de africanos pela via da chamada passagem do meio. Também o entendemos como translacional, porque sua complexidade temática se estendia – e ainda se estende – às mais diversas áreas da convivência e das vivências humanas: rituais religiosos, conteúdos históricos, práticas sociais, lendas e mitos como substratos culturais, e toda uma gama de outros fatores.

Tito Lívio Cruz Romão\* in <https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWPsPRxzMYh4gGGCwHSVk/?format=pdf&lang=pt>  
p 368

A educação antirracista, é essencial para entregar aos alunos conhecimento das constantes lutas e transformações advindas de reivindicações dos povos afrodescendentes em busca de suas identidades – estas que lhes foram usurpadas. Trata-se de apresentar a construção histórica do ponto de vista daqueles que nos forjaram nas bases e sofreram as adversidades do racismo, sequestro de seus corpos, nações e subjetividades - ainda sofrem. Por isso, reforço a necessidade de letramentos raciais para os docentes. Estes precisam, ainda nos primeiros anos de escolarização dos discentes, aprimorarem-se como aliados nas questões raciais. Até porque quanto maior for o analfabetismo nessa área, mais erros se perpetuam como os frequentes exemplos de intolerância religiosas contra o Candomblé e outras religiões afro-brasileiras.

### 4.1 – O projeto Mostra de Cultura africana e afro-brasileira: aplicação.

Antes de traçar o relato do projeto que idealizei para escola pública onde trabalho, preciso contextualizar minha trajetória como professora no estado de São Paulo. Afinal, vim de uma realidade totalmente diversa daquela que viveria a partir de 2009. Em Salvador, nas escolas em que atuava, projetos e mostras eram uma constante. Portanto, é importante partir da lógica de colocar o aluno no protagonismo de sua educação.

A concepção do projeto em formato de mostra cultural partiu da necessidade de apresentar aos alunos uma perspectiva de construção da história a partir do conhecimento dos povos africanos e afrodescendentes. Muitos professores já conhecem meus projetos anteriores como a Feira de História aplicada em uma escola particular do município de Adamantina, interior de São Paulo.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Os alunos que participavam dessa feira, aprendiam sobre pesquisa, exposição oral de temas não contemplados em livros didáticos. Um dos exemplos que posso citar, foi a Greve Negra de 1857 ocorrida em Salvador, Bahia. O historiador, João José Reis escreveu um artigo para a Universidade de São Paulo, USP sobre esse tema, em 1993. O autor aborda mais amplamente o fato em sua obra *Ganhadores - A Greve Negra na Bahia*. Esse movimento, ocorrido em pleno século xix, mostra o caráter de associação e resistência das pessoas negras que viviam em Salvador. A lei de 1857 foi então parte de uma longa campanha de controle do trabalhador africano em Salvador (Reis, p 21). Eles se organizaram em uma greve por discordarem de uma lei que os obrigava a utilizarem uma placa de identificação em seus pescoços. João José Reis afirma, a partir de suas pesquisas que o Jornal da Bahia foi a principal fonte para compreender o movimento surgido em Salvador.

Segundo o jornal, o motivo principal da parada era "a execução da postura que obriga os ganhadores a trazerem chapéu ao pescoço!". As chapas, assim, avultam como a principal razão de estar parado o transporte de pessoas e de mercadorias em Salvador, sobretudo estar parado o porto de uma cidade voltada para o comércio exterior. O periódico esboçava a esperança de que os senhores intervissem, fazendo seus cativos retornarem ao serviço. Mas não foi o que aconteceu.

(Reis. 1993, p. 21)

Os alunos tiveram acesso ao artigo sobre o tema publicado na Revista USP. Foi explicado, de forma introdutória, o contexto de organização dos negros escravizados e libertos em Salvador, no século xix. Um grupo se mostrou interessado. De posse do artigo, foi feito um dos trabalhos em formato de exposição oral com slides, este trabalho apresentado na Feira de História e logo depois inscrito em um congresso de iniciação científica promovido por um centro universitário localizado na mesma cidade. Essa apresentação rendeu menção honrosa aos participantes no ano de 2017.

Este e outros trabalhos da Feira de História renderam premiações e menções honrosas. A premissa básica, é manter o foco nas propostas de aprendizagem não contempladas nos livros didáticos. A razão pela qual escolhi fazer o projeto dessa forma, reside no fato de entender que os livros trazem a já aqui comentada história eurocêntrica, sobretudo, aquela que contempla, no caso da história do Brasil, eventos ocorridos no Sudeste. Essa, digamos, preferência dos autores pela história do eixo Sudeste e Sul. Portanto, como uma professora nordestina, que trabalha no estado de São Paulo, entendo que sejam necessárias práticas docentes de trazer a história de regiões não



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



tão bem contempladas pelos autores de livros didáticos à tona com mais ênfase nesses projetos. A Feira de História durou de 2011 até 2020, ano da pandemia. Após o período pandêmico, infelizmente, não foi possível seguir com a feira na escola particular. Desse modo, a abertura para dedicar os projetos de iniciação científica foi possível junto aos alunos da escola pública. Desse modo, os trabalhos seguiam crescentes.

Na escola pública, iniciei há quinze anos, em 2009, a Feira de História. Mas, naquela época, os moldes implantados ainda estavam muito vinculados aos estudos dos conteúdos propostos em sala de aula. Porém, foi trabalhado o incentivo aos alunos dos nonos anos, a participarem do congresso de iniciação científica, já mencionado aqui e também da Olimpíada de História do Brasil, promovida pela UNICAMP – Universidade de Campinas. No ano de 2010, conseguimos inscrever quinze equipes da escola pública, duas equipes ficaram entre os mil alunos mais bem colocados no Brasil. Naquele ano, 57,5 mil alunos estavam inscritos na Olimpíada, segundo os dados do evento encontrados no site oficial. Para nós, foi um ganho substancial, visto que concorriámos com equipes de todo país e alunos do ensino médio de instituições renomadas. Nas equipes, havia um aluno que foi retido por dois anos, ele não frequentava a escola. No ano da Olimpíada, ele mencionou que gostaria de participar, mas, duvidava que teria uma equipe e que a escola pagaria a inscrição dele. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (Freire, p. 17). Ele montou a equipe, a escola pagou a inscrição. O grupo deste aluno, com a participação ativa dele, ficou entre os mil melhores. Não tem como não acreditar na educação. Não existe no vocabulário de educadores comprometidos a palavra abandono. Todos os alunos são aptos a alcançar o que desejarem. Assim deve ser a construção de uma educação autônoma para que esta se torne libertadora. Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens (Freire, p. 52). Com as palavras do Mestre Paulo Freire, me sinto inspirada a acreditar na escola pública, nos meus alunos e alunas que devem ser auxiliados no caminho de uma formação humanizada e crítica.

Há muitos anos, alguns professores da região do interior paulista, onde trabalho, já sabem de estudos que realizei no que diz respeito às relações de sociabilidade e resistências em se tratando



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



de relações étnico-raciais além das questões de gênero feminino. O projeto que culminou com a Mostra de Cultura Africana e afro-brasileira foi aberto ao público. Os professores da rede municipal de Lucélia receberam o convite e levam seus alunos e alunas para visitação em dias de exposições. No ano de 2023, fui contactada por uma professora da rede municipal que leciono para levar aos seus alunos de ensino fundamental 1 conhecimentos sobre o racismo e os notórios males que provocam na sociedade. Sobre isso, foi necessário pontuar duas coisas para essa professora. A primeira, que tinha de fato estudava sobre isso, poderia falar sobre o tema, mas, o impacto ao meu ver seria quase que nulo. Afinal, sou lida socialmente como branca, não passei por nenhuma situação de racismo em minha vida por essa razão, não era a melhor referência para falar de desse tema. A segunda coisa foi indicar a Casa Afro de Adamantina, um espaço maravilhoso, conduzido com maestria pela Supervisora Meire Cunha. Este é um espaço de valorização da cultura afro-brasileira e africana, criado com tanto zelo e seriedade para valorizar a cultura e ancestralidade dos povos descendentes de África. Aliás, deve ser divulgado para o maior número de pessoas. O espaço promove cursos, oficinas e está aberto para visitação pública. A professora contactou a supervisora da Casa Afro e levou seus alunos para conhecer, e segundo ela, foi algo muito proveitoso para todos. Dessa experiência, veio a necessidade de fazer algo em termos de cultura africana e afro-brasileira na escola em que atuo. O foco do projeto, em relação aos alunos era tratar do protagonismo da população negra seja no Continente Africano ou no Brasil. Partir de África para conhecer e aprender como se deu a construção de saberes em termos científicos, matemáticos, intelectuais, arquitetônicos. Empoderar dissentes.

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser. Como dito anteriormente, partindo das reflexões de Paulo Freire, a consciência crítica é condição indissociável do empoderamento.

(Berth, 2018, p. 37)

Joice Berth, em sua obra Empoderamento (2018), nos coloca em posição substancial de pensamos a noção de poder a partir das pessoas que constroem seus saberes e suas potencialidades. Os indivíduos que conseguem se organizar para construir uma história a partir de uma lógica de



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



afirmação de seu poder, conseguem agregar conhecimentos e argumentações para combater elementos nocivos e seculares como o racismo instrumentalizado de tantas formas. Desse modo, a contribuição na mediação dos estudos dos alunos veio a partir dos pressupostos construídos ao longo desses anos, em termos de cultura africana. Nossa função, como educadores, é nos formar para propiciar aos alunos suporte pedagógico e contribuição nas pesquisas que eles iriam realizar. A primeira parte do projeto, foi o direcionamento dos tipos de apresentação. Os alunos, escolhiam o que gostariam de apresentar na mostra. Foi sugerido por mim apresentações em vários formatos: dança, teatro, exposição oral com uso de *slides*, maquetes, *lapbook*. As equipes eram montadas na sala com base no tipo de trabalho que desejavam fazer.

Assim que formamos os grupos de estudos, passamos para pesquisa. A biblioteca da escola dispõe de obras que tratam sobre contos africanos como, por exemplo, a mitologia dos Orixás. Duas passagens teatrais foram apresentadas a partir de histórias extraídas desse livro.

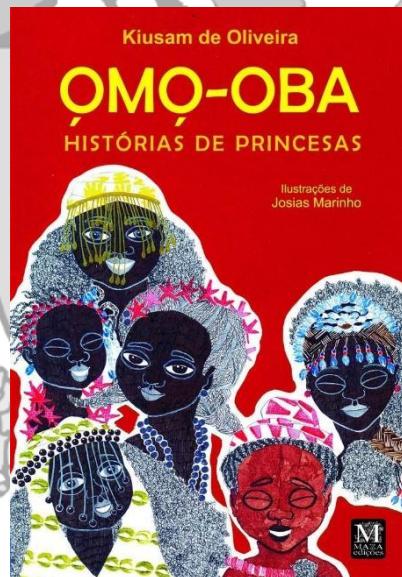


Imagem 01 capa do livro usado para pesquisa dos alunos e alunas

Os sextos anos apresentaram a história de Oyá, Obatalá e Oduduá. Os estudantes, a partir dos textos, fizeram a adaptação para apresentações. Os grupos envolvidos no teatro também confeccionaram as roupas e adornos. A escola colaborou com materiais. Intermediei e supervisionei os trabalhos de confecção e ensaios. Os alunos contaram com o apoio dos professores de língua portuguesa e arte para aprimorarem seus trabalhos. A obra História Preta das Coisas, da



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Dra. Bárbara Carine de Souza Pinheiro, também foi muito utilizada. Os estudantes dos sextos e sétimos anos estudaram e pesquisaram alguns dos temas que o livro apresenta e buscaram montar suas apresentações. Houve confecção de prótese de parte do corpo humano por alunos do sétimo ano. Em escavações recentes no Egito, próximo a cidade de Luxor foi encontrada, em uma múmia feminina no dedão do pé direito, a prótese mais antiga do mundo, que se tem registro pela datação fóssil (Pinheiro, p. 22). Recriaram um tipo de jogo muito interativo e interessante. Mancala é um nome amplo dado a muitos jogos matemáticos de raciocínio lógico cultivados no continente africano, que guardam entre si diversas semelhanças. (Pinheiro, p. 7). Também trouxeram curiosidades como elementos amplamente usados na atualidade como é o caso da maquiagem e os cosméticos.

Muitas pessoas negras reclamam das dificuldades que têm para encontrar a maquiagem adequada para o seu tom de pele. Isso se deve ao não reconhecimento dessas pessoas como belas e como potenciais compradoras. Mas apesar dessa dura realidade, você sabia que foram povos negros que desenvolveram os primeiros cosméticos?

(Pinheiro, 2021, p. 11)

Alunas dos sextos anos se interessaram pelo tema e montaram um *lapbook* sobre esse assunto além de montarem um espaço com a representação de cosméticos atuais. Um aluno do sétimo ano resolveu fazer sozinho um dos trabalhos, pois se interessou pela história da turbina eólica produzida pelo africano William Kamkwamba do Malawi. Ele também apresentou seu trabalho em formato de *lapbook*.

Você já teve oportunidade de ver uma turbina cólica? Turbina cólica é um objeto que transforma a energia dos ventos em energia elétrica. É uma invenção excelente em virtude de ser uma energia limpa, ou seja, que não polui o meio ambiente. Eu vou contar aqui a história da invenção de William Kamkwamba (1987-), que não inventou a primeira turbina cólica, mas construiu a primeira do seu país, o Malawi, com apenas algumas leituras de um livro de física, com algumas aulas de seu professor na escola básica, com pedaços de árvores, partes de bicicletas, materiais coletados em um ferro-velho local e com muita perspicácia e força de vontade.

(Pinheiro, 2023, p. 46)

É importante observar o quanto animados e a disposição desses alunos se mostravam em compreender as invenções vindas de África. Até porque a colonialidade de saberes os remete, quase sempre, para conhecimentos que são apresentados a partir de óticas brancocêntricas. Muitos se mostraram surpresos com as informações que pesquisavam. Houve apresentação de dança promovida por equipes dos sextos anos. Na parte musical, alunos e alunas dançaram músicas



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



que exaltavam a luta do povo periférico e de mulheres baianas. As músicas Firme e Forte, da banda Psirico (2013) e Baianá do grupo Barbatuques (2005) foram apresentadas. Nessa última música, além da coreografia criada, foram incorporados elementos da copeira. Vários estudantes faziam parte de um grupo de capoeira da cidade. Outros são praticantes de religiões de matriz africana. Um dos alunos, tocou durante a exposição pontos de Umbanda. Outros alunos e alunas que também seguem religiões afro-brasileiras se identificaram e puderam, segundo eles, pela primeira vez, expressar suas crenças sem sofrerem *bullying*. Eles pareciam felizes e orgulhosos de suas crenças e sem medo de falarem sobre.



Foto 01 palestra sobre a história da capoeira, 2023

Houve palestra de uma das alunas que se dispôs a ler a obra O Pequeno Manual Antirracista, da autora Djamila Ribeiro. Esta aluna explicou como foi enriquecedor ler esse livro e demonstrou o que conseguiu aprender por meio da leitura. Achei importante uma adolescente explicar aos colegas da escola onde estuda o porquê de ler esse livro. A importância de cada pessoa acessar essa obra e a relevância dela. Recebemos a visita da supervisora da Casa Afro de Adamantina, Meire Cunha, na Mostra. O que nos honrou muito. Ela também fez uso da palavra e



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



interagiu como os alunos que assistiam. Abordou sobre as diversas faces do racismo no Brasil, comentou sobre a necessidade do crescimento e organização dos movimentos de empoderamento da população negra, finalizou ressaltando a importância de um evento como aquele na escola, convidou todos para conhecerem a Casa Afro de Adamantina.



Foto 02 Meire Cunha, responsável pela Casa Afro de Adamantina -SP

Para exposição, foi criado um espaço dedicado aos elementos da cultura africana e afro-brasileira que fazem parte de meu acervo pessoal. Meu pai, mestre Romano, foi aluno de mestre Pastinha. Então, está comigo boa parte do acervo de dele; livros, convites, camisas de eventos, fotos e a principal peça do acervo: a camisa que ele usava na década de 1960. Para a Mostra, meu pai apareceu em um vídeo para falar sobre ter Pastinha como seu mestre e amigo. Um grupo de capoeira da cidade de Lucélia também se fez presente no evento. O representante mostrou aos seus alunos o acervo que estava disponível e tirou fotos com a camiseta rara.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Foto 03, exposição de elementos da cultura afro-brasileira com a Irmandade da Boa Morte

Durante a exposição, a história da Irmandade da Boa Morte foi abordada. Esta representou um exemplo de resistência e representatividade. Muitos alunos e alunas quando questionados informaram desconhecer a história das irmãs de Cachoeira, na Bahia. Interessante foi o susto de saberem que estas continuam em atividade até os dias atuais. Um trecho do vídeo Viver Boa Morte (2016) foi exibido. Trazer a história da Irmandade foi de especial relevância, pois, dentro dela há tantas camadas de história, memória e sociabilidade que não podem ficar escondidas sem que os jovens discentes tenham acesso e conheçam suas diversas histórias na formação daquilo que conhecemos hoje como Brasil.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Foto 04, lapbook Olocum do 7º ano



Foto 05, representação continente africano

A mostra promovida no dia 1 de dezembro de 2023, foi aberta aos alunos do contraturno – da manhã e ao público que quisesse prestigiar. Familiares e muitos ex-alunos, além de professores da rede municipal e seus alunos forma prestigiar o evento. Foi uma alegria ver o relato de colegas, pais e alunos de que foi grandioso esse evento. Mediar aprendizagem e conflitos – porque existem inúmeros e sabemos disso, nunca é fácil. Mas, ver o produto final, foi gratificante. Aqui se faz necessário salientar que se não fosse pelo esforço conjunto de muitos dos professores, funcionários da escola, pouco poderia ser feito. A escola é um organismo vivo, só funciona em conjunto. É o espaço de celebrar a diversidade e os inúmeros aprendizados. Fica aqui registrada a imensa gratidão pelas pessoas que ajudaram a fazer esse projeto acontecer. O ano de 2023 foi apenas o início dessa nova fase da carreira dessa docente. Esta que, por sinal, teve um aporte substancial do Mestrado Profissional em História. Tudo que foi aprendido desde as aulas na Universidade, até o momento presente é um divisor de águas na vida de qualquer profissional da educação.

## **CAPÍTULO 5 – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. LETRAMENTO RACIAL E APLICAÇÃO NAS ESCOLAS.**

### **5.1 – Educação antirracista – uma obrigação de todas as pessoas que educam.**

Nessa escrita, é de fundamental importância trazer à tona a necessidade imperativa de mostrar que a educação antirracista deve ser algo construído em conjunto. Parece senso comum



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



tal afirmação. Mas, quando nos deparamos com as diversas formas de instrumentalização do racismo: “piadas”, na mídia social, na ausência de pessoas negras em locais de poder ou, em ações preconceituosas vindas de personalidades da mídia, ou de pessoas anônimas – estas que, por sua vez, só se retratam quando apontadas em seus supostos crimes. Nesse sentido, percebemos a necessidade real de educar, falar, apontar as falhas desse sistema, explicar que não se trata de “mimimi”, como dizem os que se recusam a enxergar o óbvio. Para fundamentar parte desse capítulo, serão usadas algumas obras como a lançada pela Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro: *Como Ser um Educador Antirracista*. Afinal, essa escrita tem um enorme valor em todas as esferas que envolvem a educação, elaborada na construção do antirracismo de uma pessoa. Em primeira instância, a partir de suas famílias, por conseguinte, passa por todos os agentes de ensino nas escolas como professores e funcionários. Se espalha, com ações afirmativas, para sociedade como um todo. Assim como Djamila Ribeiro foi primorosa e muito didática em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, a obra de Dra. Bárbara Carine demonstra total interação na formação de pessoas verdadeiramente dispostas para combater o racismo. Ciente de que não há muitos caminhos senão pela educação qualificadora que forma pessoas funcionais e éticas, frente a luta antirracista.

Angela Davis nos ensinou que, mais que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas; é preciso lutar contra o racismo. Mas eu comprehendo que no Brasil existe uma impossibilidade inserida nessa frase. Não é possível não ser racista em um país estruturalmente racista.

(Pinheiro, 2023, p. 57)

Quando, Dra. Bárbara Carine se refere ao fato do Brasil ser um país estruturalmente racista, logo devemos levar em consideração o conceito histórico de estrutura. O autor Silvio Almeida, apresenta em sua obra *O que é Racismo Estrutural*, da coleção Feminismos Plurais, explica que há alguns modelos de racismo praticados. O individual, o institucional e o estrutural.

Na concepção individualista, Silvio Almeida aponta que o racismo ocorre de indivíduo para com outro.

O racismo, segundo esta visão, é concebido como uma espécie de “patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, a uma “irracionalidade”, a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis - indenizações, por exemplo - ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de



# Universidade Estadual de Maringá

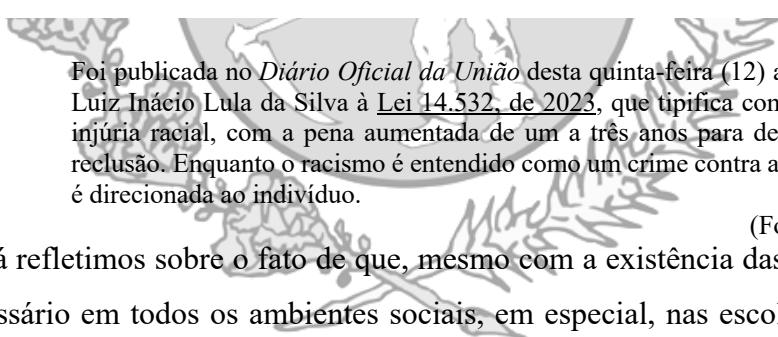
## Mestrado Profissional em Ensino de História



"preconceito", a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.

(Almeida, 2018, p. 28)

O que Silvio Almeida reforça acerca dessa concepção, é que o indivíduo ao cometer um crime de racismo, pode ser tratado apenas como alguém preconceituoso. Até porque, é mais fácil para a manutenção de uma ou algumas ações isoladas, sem necessariamente, ser tratadas como atitudes racistas. Para quem acredita nesse tipo de falácia, denunciar racismo cometido por um grupo ou pessoa, seria até um exagero. Afinal, pode - como o próprio autor reforça, ser considerado um ato falho, patologia ou desvio psicológico. Desse modo, como poderia considerarmos o racista um criminoso? Levar o caso à justiça? Aliás, quantas pessoas acusadas de racismo foram presas por esse crime? É importante levantar esses questionamentos para trazer aqui a observância do problema: a sociedade não aceitar ou sequer entender que todo ato de discriminação contra pessoa, em razão de sua cor e origem se trata de racismo. Não é um equívoco ou ato falho. É crime tipificado no código penal da Lei 9.450 de 13 de maio de 1997, Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Além disso, em 2023, a injúria racial foi equiparada, por lei, ao crime de racismo.

  
Foi publicada no *Diário Oficial da União* desta quinta-feira (12) a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à [Lei 14.532, de 2023](#), que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

(Fonte: Agência Senado)

Mas, aqui já refletimos sobre o fato de que, mesmo com a existência das leis, o letramento racial se faz necessário em todos os ambientes sociais, em especial, nas escolas. Até porque de nada adianta aplicação e atualizações das legislações, se não houver combate ao racismo por meio da educação. O antirracismo é uma responsabilidade ocidental cujo centro é o racismo, por ser uma construção ocidental. (Pinheiro, 2023, p. 59). Em outras palavras, o ocidente inventou o racismo, nada mais necessário do que buscar reparar os danos do imenso erro que cometeu – irreparáveis no caso do passado. Porém, temos que construímos o futuro com equidade de condições em acessos aos diversos espaços entre negros e povos originários em relação ao que os



# Universidade Estadual de Maringá

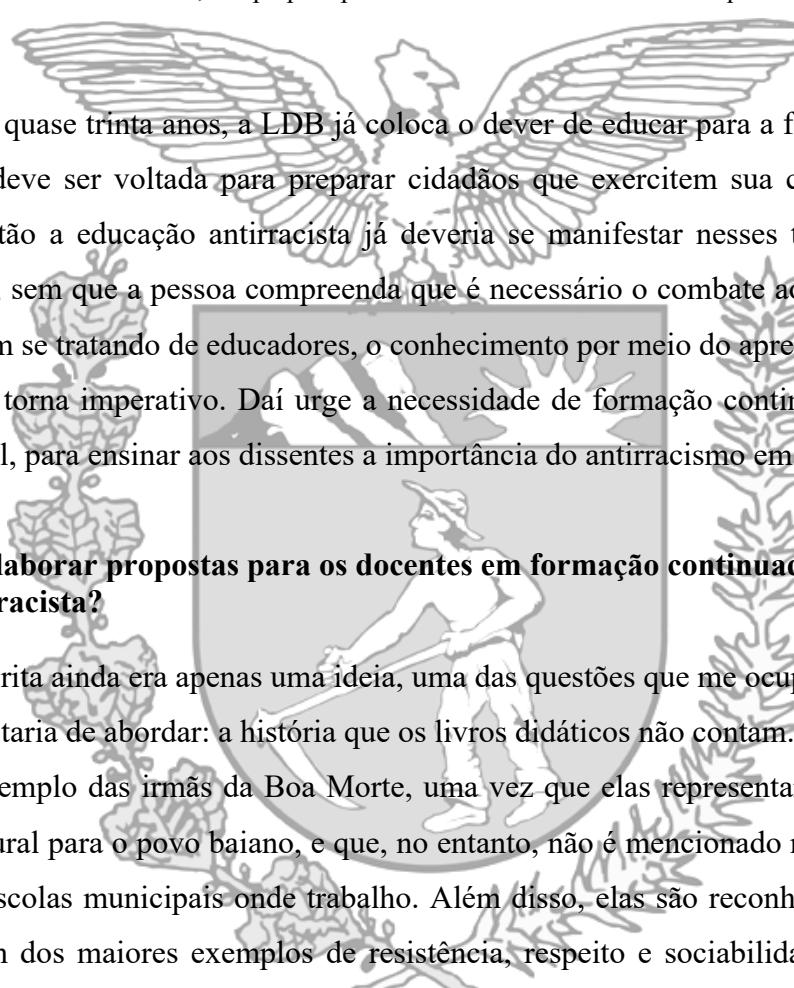
## Mestrado Profissional em Ensino de História



brancos já acessam. A escola, é um espaço de sociabilidade, aprendizagens e construção das relações humanas. Nesse sentido, ela assume esse caráter democrático, obrigatório para o Estado e a família como versa a LDB – Lei de Diretrizes e Base da educação.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(LDB, 1996)



Ora, se há quase trinta anos, a LDB já coloca o dever de educar para a família e o Estado e essa educação deve ser voltada para preparar cidadãos que exercitem sua cidadania de forma humanitária, então a educação antirracista já deveria se manifestar nesses termos. Não existe cidadania plena, sem que a pessoa compreenda que é necessário o combate ao racismo em todas as instâncias. Em se tratando de educadores, o conhecimento por meio do aprendizado de práticas antirracistas, se torna imperativo. Daí urge a necessidade de formação continuada com base no letramento racial, para ensinar aos dissentes a importância do antirracismo em suas vidas.

### **5.2 – Por que elaborar propostas para os docentes em formação continuada por uma educação antirracista?**

Quando esta escrita ainda era apenas uma ideia, uma das questões que me ocuparam foi a escolha do tema que gostaria de abordar: a história que os livros didáticos não contam. Foi nesse contexto que surgiu o exemplo das irmãs da Boa Morte, uma vez que elas representam um significativo patrimônio cultural para o povo baiano, e que, no entanto, não é mencionado nos livros didáticos utilizados nas escolas municipais onde trabalho. Além disso, elas são reconhecidas em diversas fontes como um dos maiores exemplos de resistência, respeito e sociabilidade. Falar sobre as mulheres dessa irmandade é, sem dúvida, uma honra e um prazer. No entanto, o objetivo do mestrado profissional é, sobretudo, aplicar as aprendizagens e as pesquisas que foram desenvolvidas ao longo desses dois anos de estudo. Esse aprimoramento, por sua vez, deve alcançar outros profissionais da educação, capacitando-os para uma prática docente cada vez mais qualificada.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Foi a partir dessa inquietação que surgiu a ideia de formular um protótipo de aula-oficina, com o objetivo de introduzir o letramento racial e a prática do antirracismo aos profissionais da educação.

Entretanto, é importante ressaltar que o treinamento não deve ser restrito apenas aos profissionais da área de História. Como já foi destacado, o letramento racial é uma necessidade urgente em todas as áreas da educação, abrangendo diferentes esferas do conhecimento e contemplando todas as faixas etárias. Dessa forma, a proposta que será apresentada busca ser abraçada por toda a comunidade escolar. No caso dos docentes, é de suma importância que nós, enquanto profissionais da educação, tenhamos plena consciência da dimensão do processo de formação das mentalidades críticas. Afinal, nosso papel é formar indivíduos para o pensamento crítico ou, na prática, apenas para a reprodução de conhecimentos pré-estabelecidos? O autor Hope J. Hartman, em sua obra *Como Ser um Professor Reflexivo em Todas as Áreas do Conhecimento*, inicia o capítulo quatorze com uma série de questionamentos que, de fato, nos sensibilizam para as necessidades dos nossos alunos, desafiando-nos a buscar respostas mais profundas e comprometidas com uma educação transformadora.

Seus alunos pensam na história de maneira crítica? Eles estão cientes de questões como o antagonismo entre as perspectivas eurocêntrica e afrocêntrica? Eles sabem das implicações e limitações da história que é escrita por homens brancos de classe média que têm como público-alvo estudantes do mesmo meio? Nos livros didáticos de ciências, a história das contribuições das mulheres às descobertas, como a da estrutura em hélice dupla do DNA, muitas vezes é tratada de modo injusto. Como você pode se certificar de que seus alunos também não são tratados injustamente e desenvolvam uma visão mais ampla e mais crítica da história que eles leem em seus materiais didáticos e veem na mídia?

(Hartman. 2015, p. 296)

Essas questões apresentadas pelo autor estabelecem uma conexão direta com a perspectiva vivenciada por nós, professores, desde o início de nossa prática com os alunos. A diferença, no entanto, reside no fato de que muitos de nós não sabemos fundamentar academicamente aquilo que gostaríamos de ensinar. No contexto da prática docente, a proposta é trazer o foco para as atividades cotidianas, abordando os conteúdos que os livros didáticos não contemplam adequadamente ou que tratam de forma secundária, conectando-os aos conteúdos que constituem a base de habilidades e competências estabelecidas pela BNCC. As questões levantadas por Hope



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



J. Hartman são extremamente pertinentes para a formulação de uma proposta de formação docente pautada em uma cultura antirracista. Por que devemos priorizar determinadas fundamentações e um grupo social e étnico em detrimento de outros ao ensinar para uma comunidade tão diversa? A história e os saberes de mulheres negras, povos originários e pessoas negras, em geral, devem ser tratados nas escolas, a fim de fornecer aos estudantes subsídios que lhes permitam construir suas trajetórias de vida a partir de exemplos mais próximos de suas realidades. Hartman alerta para uma cultura homogênea, marcada pela branquitude e pela classe média, que atende predominantemente a um público semelhante. Onde está a representatividade de outros povos? Ao apresentar a história da Irmandade da Boa Morte como exemplo de conteúdo passível de ser abordado nas aulas de História, a intenção era justamente destacar mulheres negras, situadas no Nordeste do Brasil, que precisaram desenvolver formas de viver e resistir às diversas opressões do século XIX. Esse exemplo, abordado com meninas e meninos das escolas públicas e privadas, pode proporcionar um elemento de conhecimento sobre fatos históricos conectados à realidade do Brasil colonial e, simultaneamente, demonstrar que mulheres e outros agentes históricos sujeitos à escravização não aceitaram passivamente essa condição de opressão. Utilizar exemplos como esse pode ser uma estratégia eficaz para educar jovens dentro de uma formação não-branconcêntrica, destacando o protagonismo de grupos socialmente marginalizados pela historiografia oficial e, consequentemente, frequentemente ignorados nos livros didáticos.

Hope J. Hartman também apresenta sugestões sobre como nós, educadores, podemos abordar a história com nossos alunos, levando-os a desenvolver suas consciências críticas por meio das ferramentas pedagógicas que lhes oferecemos. Contudo, é fundamental ressaltar que, embora apresentemos caminhos para o conhecimento por meio dos fatos históricos, a construção do senso crítico deve ter como protagonista o próprio discente. O autor faz uma comparação entre professores experientes e os mais novos, oferecendo reflexões importantes sobre o papel do educador na formação de uma consciência crítica.

As pesquisas que compararam professores experientes com novatos mostram que os segundos geralmente focam a superfície ou as características superficiais de uma situação. Eles tendem a ver a história como um registro direto de eventos e se confundem com perspectivas múltiplas ou relatos antagônicos. Em contraste, os experientes em história olham as situações sociais problemáticas com mais profundidade ao julgar os eventos e



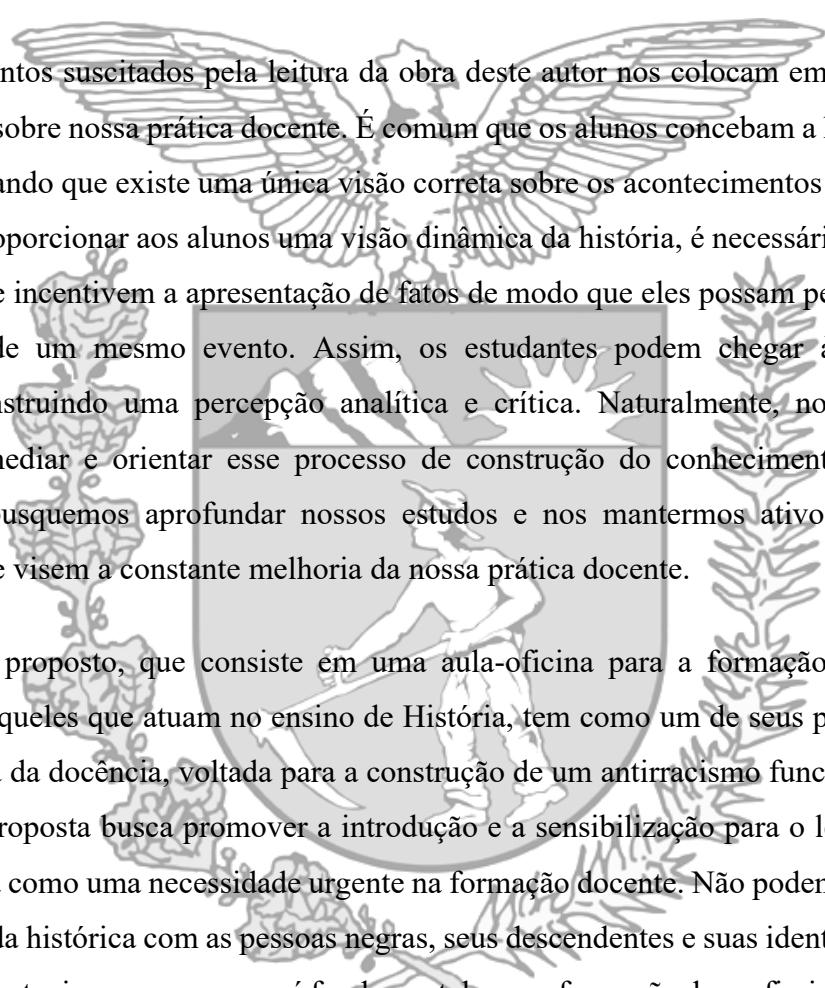
# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História

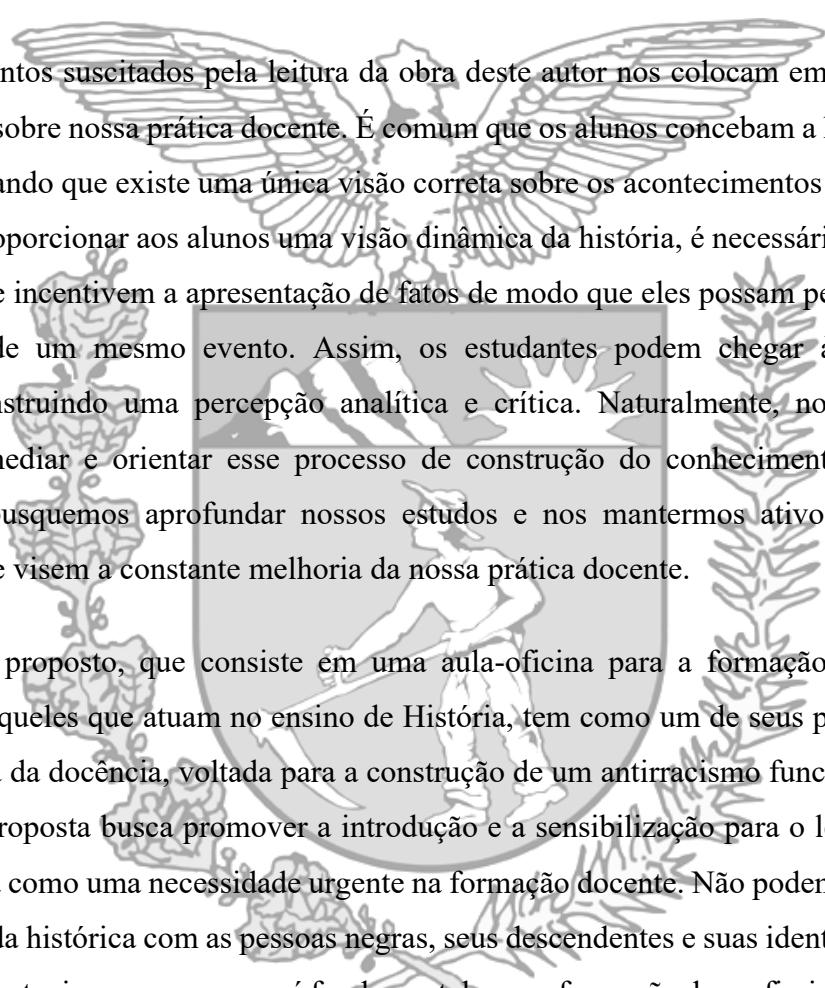


as evidências. Eles usam conceitos abstratos como igualdade e justiça para estruturar, organizar, analisar e interpretar as informações e raciocinar sobre uma questão. Eles identificam e discutem questões significativas dentro de contextos autênticos, além de desafiar explicações e conclusões a fim de se certificar que estejam baseadas em conhecimentos sólidos e na lógica. Até que ponto sua visão histórica corresponde a essa perspectiva?

(Hartman, 2015, p. 296)



Os questionamentos suscitados pela leitura da obra deste autor nos colocam em uma posição de reflexão crítica sobre nossa prática docente. É comum que os alunos concebam a história de forma estática, acreditando que existe uma única visão correta sobre os acontecimentos (Hartman, 2015, p. 297). Para proporcionar aos alunos uma visão dinâmica da história, é necessário adotar práticas pedagógicas que incentivem a apresentação de fatos de modo que eles possam perceber múltiplas interpretações de um mesmo evento. Assim, os estudantes podem chegar às suas próprias conclusões, construindo uma percepção analítica e crítica. Naturalmente, nosso papel como educadores é mediar e orientar esse processo de construção do conhecimento. Para tanto, é essencial que busquemos aprofundar nossos estudos e nos mantermos ativos em formações pedagógicas que visem a constante melhoria da nossa prática docente.



O projeto aqui proposto, que consiste em uma aula-oficina para a formação de professores, especialmente aqueles que atuam no ensino de História, tem como um de seus principais focos a prática reflexiva da docência, voltada para a construção de um antirracismo funcional e contínuo. Além disso, a proposta busca promover a introdução e a sensibilização para o letramento racial, que se apresenta como uma necessidade urgente na formação docente. Não podemos esquecer que temos uma dívida histórica com as pessoas negras, seus descendentes e suas identidades. O acesso às obras de intelectuais negros e negras é fundamental para a formação de profissionais que estejam conscientes de seus privilégios ou, quando for o caso, das demandas que enfrentam. Com base nas informações adquiridas, esses profissionais poderão contribuir ativamente para a busca pela equidade de condições e para o combate sistemático ao racismo.

Um exemplo significativo que certamente deve servir de inspiração é a Escola Maria Felipa. Esta é a primeira instituição brasileira com foco na formação de crianças, com ênfase na cultura e nos saberes afro-brasileiros. De acordo com sua fundadora, Dra. Bárbara Carine, sua preocupação com



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



a forma de aprendizagem de sua filha em uma escola convencional, que não contemplava os saberes originários dos povos africanos e seus descendentes, foi o impulso para a criação de uma escola com um projeto antirracista, que se distancia do modelo educativo vinculado à colonização europeia. Vale destacar que a Escola Maria Felipa atende crianças negras e brancas cujas famílias compartilham o mesmo anseio de oferecer uma educação que valorize as raízes afro-brasileiras. A escola está registrada na Secretaria Estadual de Educação da Bahia e, em 2024, expandiu suas atividades ao abrir uma nova unidade no Rio de Janeiro. O acompanhamento que tenho realizado por meio de leituras e redes sociais tem fortalecido minha convicção de que o interior de São Paulo necessita de ações efetivas para a construção de um corpo docente aliado à causa antirracista. Não percebo movimentos nas escolas da região onde resido que promovam ações contínuas de estudo e aprendizagem sobre esse tema. Nós, profissionais da educação, precisamos nos conectar mais profundamente com esse universo.

Já professora da universidade, concluía no ano de 2014 o meu doutorado quando, ao ler a minha tese, como quem tem a venda retirada dos olhos, percebo que só citava autores brancos, que só falava de uma epistemologia branca e não via na agenda de lutas que eu pautava os problemas mais urgentes do meu povo. Nesse mesmo ensejo, percebi que me tornava doutora, mas não me via como intelectual. E concluí que isso era fruto de uma trajetória marcada pelas ausências de representatividade.

(Pinheiro, 2023, p. 29)

Se uma professora universitária, soteropolitana, doutora se deparou, em pleno século xxi com a escrita de sua tese fundamentada apenas com citações feitas a partir de autores brancos, imagine a crise de representatividade que deve ter ocorrido com ela. O povo de Salvador – como já mencionado aqui - possui a maior população negra fora do continente africano. Mas, autores brancos são citados na tese de Dra. Bárbara Carine para referendar o que ela queria expor. Quantas produções acadêmicas foram assim fundamentadas? Vocês podem se questionar: então esqueçamos os brancos e tenhamos apenas os intelectuais negros para citar? Evidente que a resposta aqui é negativa. O que, ainda bem, conseguimos alcançar foi a possibilidade de vermos pessoas negras se tornando intelectuais ao longo desses anos cada vez mais. Em se tratando de Brasil, contamos com a lei 12.990 de 2014 que tem como principal fundamentação os termos a seguir.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm))

A lei que garante cotas para pessoas negras no acesso às universidades públicas e em concursos desempenha um papel crucial nas políticas afirmativas, promovendo o acesso a espaços que historicamente foram hegemonicamente dominados por pessoas brancas. Este fato é de extrema relevância para compreendermos a produção de conhecimento a partir de quem de fato o vivencia. A contribuição de pessoas negras e de povos originários, por exemplo, é fundamental, pois traz à tona a representatividade daqueles que possuem propriedade e lugar de fala em suas próprias demandas. No caso de pessoas socialmente identificadas como brancas, mesmo que não vivenciem as mesmas experiências de opressão de pessoas não brancas, é nosso dever adotar uma postura de empatia e abraçar as pautas inclusivas do ponto de vista racial, a fim de formar jovens aliados no antirracismo funcional e contínuo.

Para tornar viável o projeto de aula-oficina na formação de educadores, foi utilizada como base a obra de Isabel Barca, pois reconhecemos que seu trabalho oferece uma abordagem viável para atingir os objetivos da formação profissional por meio da implementação do modelo de aula-oficina. A produção de Isabel Barca, somada ao conhecimento adquirido a partir das reflexões propostas por Hope J. Hartman, será de grande valia na concepção e execução de um projeto de formação profissional em História, que pode ser estendido a outras áreas do conhecimento.

Diante dessas reflexões e consciente de que a formação de profissionais antirracistas é uma urgência, surge a proposta da aula-oficina como um dos caminhos possíveis para atenuar os sérios danos provocados por séculos de exclusão e apagamento das pessoas negras. O modelo proposto tomará como base a perspectiva histórica que provavelmente não é abordada nos livros didáticos. Além disso, pode ser utilizado para ressignificar conteúdos tratados em sala de aula a partir da perspectiva eurocêntrica. Nesse contexto, o objetivo é centralizar a visão de fatos históricos sob a ótica daqueles que, em algum momento da história, foram abordados de maneira superficial ou sequer mencionados. Um exemplo que ilustra essa reflexão é a história da independência do Brasil,



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



comumente abordada a partir do evento ocorrido no dia 7 de setembro de 1822. No entanto, seus desdobramentos, como as guerras populares ocorridas na Bahia para garantir que Portugal de fato deixasse o Brasil livre, frequentemente são mencionados de forma superficial. Sobre o início dos conflitos pela independência do Brasil na Bahia, o autor João José Reis afirmou...

O desenrolar dos acontecimentos logo definiria a natureza não pacífica da solução para a questão nacional na Bahia. A 19 de fevereiro de 1822 estourou um conflito entre tropas nacionais e portuguesas. Os soldados lusos atacaram objetivos militares e civis, inclusive invadiram o convento da Lapa em busca de franco-atiradores e aí assassinaram a abadessa Joana Angélica. Os soldados brasileiros se refugiaram no Forte de São Pedro, onde receberam adesão de muitos civis que para lá se dirigiram entre 19 e 20 de fevereiro.

(Reis, 1989, p. 83)

A independência do Brasil contada do ponto de vista histórico das ocorrências na Bahia, são pouco apresentados em aulas de história do Brasil. Mesmo havendo vasta obra sobre o tema, seria pelo fato desse feito histórico contar com o protagonismo da população negra? Fica aqui a indagação para reflexão. A proposta de formação dos profissionais em educação antirracista, visa sanar esses apagamentos a partir das diversas vivências históricas nem sempre contempladas, aproxima estudantes e professores de uma educação qualificadora e repleta de significado. É a partir desse pressuposto que trouxe para o centro da abordagem histórica nessa escrita, os conhecimentos referentes às irmãs da Boa Morte, suas diversas formas de resistência, construíram uma parte da história de Brasil do ponto de vista do gênero, da luta antirracista e da religiosidade de matriz africana. Tudo isso deve ser contemplado e propagado. Assim construímos uma educação diversa.

### 5.3 - A Proposta: Aula-oficina para Capacitação de Professores no Contexto do Antirracismo - Uma Obrigaçāo Social

A proposta de aula-oficina voltada para a capacitação de professores no enfrentamento ao racismo é apresentada como uma resposta aos danos profundos causados pela sistematização do racismo ao longo dos séculos. Ademais, visa tornar efetivo o cumprimento da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. A proposta enfatiza a necessidade de trabalhar as identidades dos alunos, promovendo uma formação de



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



professores sensibilizados com as demandas da comunidade escolar, com especial atenção aos discentes negros.

O formato desta capacitação será inspirado na obra de Isabel Barca, *Aula-oficina: do projeto à avaliação* (2004). A autora contribui significativamente para a organização e aplicabilidade das práticas educacionais, destacando que sua produção pode ser adaptada a diferentes contextos educacionais, abrangendo, por exemplo, a educação antirracista, inclusiva, indígena, além de áreas como ciências exatas, entre outras. A organização da capacitação seguirá o modelo proposto por Barca, que orienta a maximização das potencialidades da aula-oficina. A concretização dos princípios sugeridos para uma "aula-oficina" pode ser apoiada por materiais previamente utilizados em ambientes de investigação, conforme destacado pela autora (Barca, 2004, p. 135).

Paradigmas Educativos – modelo de aula-oficina	
Lógica	o aluno, agente de sua formação com idéias prévias e experiências diversas o professor, investigador social e organizador de atividades problematizadoras
Saber	modelo do saber multifacetado e a vários níveis: - senso comum, - ciência, - epistemologia
Estratégias e recursos	múltiplos recursos intervenientes aula-oficina
Avaliação	material produzido pelo aluno, testes e diálogos
Efeitos sociais	agentes sociais

Figura 03, quadro modelo aula-oficina Isabel Barca (2004) p. 133.

O foco deste projeto de capacitação, por meio da metodologia de aula-oficina, é a formação de professores de história com o intuito de não apenas familiarizá-los com os princípios fundamentais da educação antirracista, mas também proporcionar uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados na desconstrução e combate à reprodução do racismo tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços sociais. Nesse contexto, a proposta central é desenvolver um minicurso que permita a compreensão das etapas essenciais para a elaboração de aulas de história, alinhadas aos pressupostos do quadro teórico formulado pela autora Isabel Barca, conforme ilustrado na Figura 03.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



A formação do conhecimento histórico, essencial para a montagem de uma aula de história, inicia-se na análise crítica das fontes, entendidas como elementos fundamentais para a construção do saber histórico. Como a autora destaca, a análise das fontes não deve ser uma prática meramente técnica, mas sim um exercício interpretativo que desafia os docentes a questionarem e problematizarem as narrativas dominantes, promovendo uma reflexão profunda sobre a diversidade de perspectivas históricas e as múltiplas vozes que, muitas vezes, foram silenciadas.

Portanto, ao seguir as diretrizes apresentadas por Isabel Barca, este minicurso visa proporcionar uma formação crítica e reflexiva aos professores, capacitando-os a enfrentar os desafios da implementação de uma educação histórica que seja, ao mesmo tempo, inclusiva, antirracista e verdadeiramente representativa das diversas trajetórias e experiências dos povos marginalizados.

O pressuposto de um ensino de História orientado para o desenvolvimento de instrumentalização essencial (trato com a fonte, concepções, vestígios, tempo e recorte espaço temporal) - específicas (próprias da disciplina) e articuladas (o que transita entre as disciplinas) - encontra-se explicitado nas atuais propostas curriculares para o ensino básico e secundário.

(Barca, 2004, p. 134)

A proposta de formação profissional será estruturada em três encontros, a serem realizados quinzenalmente, com duração de quatro horas cada, totalizando uma carga horária de doze horas de capacitação. Durante cada encontro, será apresentado um objetivo específico, abordando temas pertinentes à formação e prática pedagógica dos educadores. Ao final de cada sessão, os docentes participantes deverão realizar uma atividade que será apresentada no encontro subsequente, com o intuito de consolidar o aprendizado e possibilitar a troca de experiências entre os educadores.

Os encontros contarão com a emissão de certificados, que registrarão a carga horária da capacitação, conferindo aos participantes a devida certificação pela formação recebida. Essa estrutura visa proporcionar uma aprendizagem contínua e progressiva, permitindo que os professores desenvolvam, ao longo do processo, habilidades pedagógicas que promovam a reflexão crítica e a implementação de práticas educacionais antirracistas em suas respectivas realidades escolares.



### 5.3.1 Os encontros.

No início deste processo de capacitação, o foco será proporcionar uma compreensão profunda sobre a obrigatoriedade da implementação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003. Essa legislação não é apenas um direcionamento, mas uma exigência legal que deve ser aplicada nas práticas pedagógicas das instituições de ensino. Para além dessa reflexão fundamental, torna-se imprescindível instigar os educadores a questionarem quantos de seus alunos se identificam como negros ou como descendentes de afrodescendentes.

Esse questionamento se faz pertinente não apenas pela necessidade de conscientização, mas também pelo desafio que representa a realização de um censo preciso nas escolas, a fim de identificar a origem étnica dos estudantes. A realização dessa tarefa, de fato, enfrenta obstáculos significativos, dado o histórico de invisibilidade das populações negras e a complexidade envolvida na coleta de dados relacionados a essa questão.

Em uma pesquisa recente conduzida pelo Instituto Geledés (2023), que analisou a aplicação da Lei 10.639/2003 em seis diferentes municípios brasileiros, emergiram desafios significativos quanto à efetividade da implementação dessa legislação. Um dos municípios analisados foi Ibitiara, localizado no estado da Bahia, e algumas informações relevantes obtidas a partir dessa pesquisa revelam aspectos cruciais que merecem nossa atenção.

Ibitiara tem desafios mapeados quando o tema é a Lei 10.639/03. Entre eles, a intolerância religiosa é o maior. O racismo religioso se faz presente nas escolas quilombolas, onde a maioria dos estudantes são evangélicos, o que gera resistência com o ensino sobre as religiões de matriz africana. Há também objeção por parte de professores de disciplinas de áreas de exatas e biológicas em trabalhar com a lei.

(Geledés, 2023, p. 101)

Um município localizado no interior da Bahia, como é o caso de Ibitiara, que, conforme apontado pelo Instituto Geledés, apresenta resistência a questões dessa natureza, demanda urgentemente a implementação de políticas públicas efetivas no combate aos múltiplos tipos de intolerância. Esse cenário evidencia a necessidade de ações estruturadas que abordem as diversas formas de



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



discriminação, seja racial, religiosa ou de outra ordem, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso. O exemplo de Ibitiara é um dos muitos que podem ser analisados e discutidos ao longo das aulas oficinas, com o objetivo de sensibilizar os educadores para a complexidade dessas questões e para a importância de uma abordagem pedagógica antirracista.

É imprescindível que os docentes compreendam a diversidade presente nas suas turmas, não apenas no que diz respeito à etnia, mas também em relação às diferentes vivências e identidades de seus alunos. Para isso, é fundamental que os educadores estejam cientes de como os estudantes, especialmente os negros e afrodescendentes, se percebem e são percebidos no contexto escolar, no que tange à representatividade e ao reflexo de suas culturas no currículo. A sensibilidade para essas questões contribui para a criação de um ambiente educacional mais equânime e acolhedor.

Com base nesse entendimento da diversidade e da necessidade de representatividade, a montagem das aulas-oficinas seguirá, no primeiro encontro, com as seguintes atividades, que visam promover uma reflexão crítica e construir estratégias pedagógicas efetivas para a implementação de um ensino inclusivo e plural.

### I – Contextualização.

#### Primeiro Contato e Reflexão Inicial na Aula-oficina sobre Antirracismo

No primeiro encontro com os participantes do minicurso, será promovida uma abertura reflexiva acerca do conceito de racismo e suas implicações na construção da história do Brasil, com especial atenção aos apagamentos históricos que afetaram as populações não brancas. A atividade contemplará uma exposição introdutória sobre o tema, incluindo a apresentação de obras de escritores e intelectuais que abordam as problemáticas relacionadas ao silenciamento das histórias dos povos marginalizados e dominados. O objetivo central é questionar e evitar a construção de nossas identidades a partir dos pressupostos historiográficos dos grupos dominantes, que frequentemente distorcem ou minimizam as experiências das populações subalternizadas.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



É essencial que os participantes se sintam estimulados a registrar palavras ou frases que possam remeter à prática do apagamento histórico, com o intuito de fomentar uma reflexão aprofundada sobre as maneiras pelas quais tais processos de silenciamento continuam a se perpetuar em diferentes esferas da sociedade. Destaca-se que as opiniões pessoais do mediador não serão explicitamente apresentadas durante o encontro, visto que a proposta central é proporcionar aos educadores a oportunidade de chegarem a conclusões próprias, fundamentadas em seus conhecimentos prévios e nas informações objetivas e teóricas que serão compartilhadas.

A partir das reflexões iniciais, o próximo momento consistirá em uma escuta ativa das percepções dos professores participantes. Em sequência, será realizada a leitura da introdução da obra *Pequeno Manual Antirracista* (2019), de Djamila Ribeiro, uma publicação que oferece uma compreensão sólida dos fatores que motivaram a ativista negra a elaborar um manual de conduta, com o intuito de sensibilizar as pessoas para suas atitudes racistas e auxiliá-las na compreensão de sua posição em uma sociedade racialmente estruturada. O início do livro propicia uma reflexão crítica sobre os processos de socialização racial e as atitudes que contribuem para a manutenção de uma sociedade desigual e excluente.

QUANDO CRIANÇA, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que "aceitou" a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz. Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava-palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem.

(Ribeiro, 2019, p. 5)

### Reflexão e Discussão sobre o Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira

A partir da leitura proposta, os participantes do minicurso terão a oportunidade de compartilhar suas impressões sobre o trecho da obra, fazendo uma comparação com as ideias iniciais anotadas.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



O objetivo é estimular uma roda de conversa mediada, na qual será possível discutir as razões pelas quais o ensino da cultura africana e afro-brasileira deve ser uma premissa fundamental no cotidiano docente, considerando que a escola desempenha um papel crucial na formação das crianças e jovens. Nesse contexto, a apresentação e o diálogo sobre a necessidade de aplicar a Lei 10.639/2003 nas práticas pedagógicas devem ser uma realidade incontestável, especialmente quando esses profissionais enfrentam resistências em suas práticas educacionais.

Uma reflexão adicional se refere à maneira como os materiais didáticos disponíveis para os profissionais de educação abordam (ou deixam de abordar) a cultura africana, afro-brasileira e de outras populações não brancas do Brasil. Caso esses temas sejam tratados, de que forma são apresentados? Há uma preocupação com o protagonismo dos povos africanos na construção da nossa história? Como os professores lidam com os recursos didáticos que possuem em suas práticas educativas? Para o próximo encontro, os participantes serão convidados a registrar suas análises sobre esses pontos, seja por meio de anotações ou outros tipos de registros.

## II – Planificação – Recursos para Solucionar Situações Problema

O segundo encontro será iniciado com a análise dos registros apresentados pelos professores participantes da formação. A partir dessas análises, será possível identificar os desafios enfrentados pelos educadores ao utilizar seus materiais didáticos e, a partir disso, promover uma troca de informações para a construção coletiva de soluções. Nesta etapa, será introduzida a situação problema que constitui o foco central desta dissertação: a necessidade de resgatar a história das mulheres negras de Salvador e do interior da Bahia no início do século XIX. A história da Irmandade da Boa Morte, como um movimento feminista, abolicionista, nordestino, ligado ao candomblé e ao protagonismo negro, será apresentada como um exemplo da ausência de temas fundamentais nos livros didáticos. A situação problema será discutida, junto com a solução proposta, que, neste caso, envolveu a criação da Mostra de Cultura Africana e Afro-brasileira. Esta mostra teve como objetivo evidenciar o protagonismo dos povos negros e seus descendentes nas áreas científica, cultural e religiosa, com especial ênfase na exaltação das mulheres negras, incluindo as irmãs da Boa Morte de Cachoeira, na Bahia.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



A parte prática do segundo encontro consistirá na reflexão sobre o conceito de história que pode ser abordada, mesmo quando não está presente nos materiais didáticos oficiais. Para tanto, os professores serão convidados a, individualmente ou em grupos, refletirem sobre temas que poderiam ser abordados em suas aulas de história. Considerando que este minicurso tem como base a temática das populações africanas e afrodescendentes, a proposta será a de explorar temas que contemplam essas populações. Cada tema poderá ser apresentado da maneira que os professores considerarem mais atraente para seus alunos, utilizando diferentes recursos como vídeos, slides, peças teatrais, quadrinhos e charges. O aspecto central da produção será a sensibilidade dos temas abordados, que devem ser fundamentados por meio de pesquisas e, além de seu caráter estético, devem ser pautados por processos reflexivos e éticos.

É importante ressaltar que, embora a ênfase do minicurso seja sobre a história africana e afro-brasileira, os professores terão a liberdade de explorar uma diversidade de temas. Este minicurso visa proporcionar uma organização mais eficaz de suas práticas docentes, especialmente no que se refere às lacunas presentes nos materiais didáticos, e a identificação de temas ausentes que podem ser trabalhados nas aulas. A apresentação das produções dos participantes ocorrerá como culminância no último encontro da aula-oficina.

### **III – Sistematização dos Conhecimentos e Avaliação**

O último encontro será destinado à apresentação dos resultados das propostas elaboradas pelos docentes participantes do minicurso. Este momento de socialização das práticas pedagógicas possibilitará aos educadores a oportunidade de realizar uma reflexão crítica sobre o processo de construção de suas produções, além de promover um espaço fértil para o intercâmbio de experiências com seus pares. Durante essa fase, a avaliação será conduzida por meio de uma análise crítica e construtiva dos resultados obtidos ao longo do desenvolvimento das propostas, com a finalidade de identificar aspectos que possam ser ajustados, modificados ou enriquecidos, de acordo com as necessidades observadas.

A concepção de avaliação adotada neste minicurso, com um enfoque pragmático e voltado para a oficina pedagógica, visa estabelecer um ambiente propício ao debate e à troca de ideias e reflexões



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



entre os participantes. A intenção é fomentar uma educação formativa, que priorize a construção contínua do conhecimento e o aprimoramento das práticas pedagógicas. O modelo avaliativo proposto fundamenta-se em suportes metodológicos que buscam não apenas o aperfeiçoamento das produções apresentadas, mas também a promoção de um processo de melhoria contínua da qualidade do ensino, alinhado às exigências de inovação e excelência no campo educacional.





# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



### CONCLUSÃO

Ao refletir sobre o processo de produção desta dissertação, surgiram muitas dúvidas e apreensões. No entanto, todo o esforço investido foi amplamente recompensado durante sua construção. Este trabalho proporcionou inúmeras oportunidades de aprendizado, tanto nas diversas práticas pedagógicas antirracistas quanto na compreensão profunda de que essa causa deve ser abraçada por um número cada vez maior de pessoas. Incorporar à pesquisa a história da Irmandade da Boa Morte como exemplo de resistência e sociabilidade, que perdura até os dias atuais, foi uma honra. Fundamentar esta escrita com a citação e o aprofundamento das obras de intelectuais negros e negras foi, para mim, uma dádiva.

A prática educacional deve ser entendida como um modelo de inclusão a ser seguido pela sociedade de maneira ampla. Nós, profissionais da educação, somos responsáveis pela formação cidadã que promove a autonomia e o respeito às diversas culturas e povos. Tornar visível a história daqueles que foram sistematicamente apagados pela historiografia tradicional ao longo dos séculos é uma necessidade urgente. A formação de profissionais cada vez mais conscientes de sua responsabilidade na promoção de uma educação antirracista vai além do cumprimento da legislação; trata-se de uma exigência humanizadora.

É uma grande satisfação poder contribuir, ainda que modestamente, para a qualificação profissional com o intuito de dar protagonismo àqueles que foram historicamente silenciados. Se esta proposta puder auxiliar colegas de profissão em sua jornada de formar cidadãos, a semente plantada poderá germinar, e os frutos dela poderão ser fecundos em um futuro mais justo e inclusivo. Que esta pequena contribuição seja um passo importante em direção a grandes transformações.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2018.

ALVES, Januária Cristina. O lado feminino do Brasil colonial: a vida das mulheres no século XVI. *Revista Super Interessante*, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-lado-feminino-do-brasil-colonial-a-vida-das-mulheres-no-seculo-xvi>. Acesso em: 18 fev. 2025.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. In: *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica).

CONCEIÇÃO, Joanice. *Irmandade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: <https://constitucional.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5>. Acesso em: 18 fev. 2025.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



FELIPE, Delton Aparecido. *Saberes outros na formação docente: A história cultura afro-brasileira e africana como estratégia para uma educação decolonial*. Disponível em: <https://editoraletral.com.br/epub/9786587422176/9786587422176-04.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, v. 1, n. 1, jan-jun 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244.

HARTMAN, Hope J. *Como ser um professor reflexivo em todas as áreas do conhecimento*. Porto Alegre: AMGH, 2015.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 18 fev. 2025.

LEI Nº 9.450, DE 20 DE AGOSTO DE 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9459.htm#:~:text=ou%20proced%C3%A3ncia%20nacional.%22,-%22Art.,a%20tr%C3%AAs%20anos%20e%20multa](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm#:~:text=ou%20proced%C3%A3ncia%20nacional.%22,-%22Art.,a%20tr%C3%AAs%20anos%20e%20multa). Acesso em: 18 fev. 2025.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/educacao-para-a-diversidade>. Acesso em: 18 fev. 2025.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em: 18 fev. 2025.

LEI Nº 14.519, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14519.htm). Acesso em: 18 fev. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MORENO, Jean Carlos. Professor adjunto do Colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 49.1, p. 97-117, Dossiê Especial, 2019.

POVO BRASILEIRO EM FESTA: Ep.8| Boa Morte - Cachoeira/BA. Série de documentários que visitou 13 festas populares do Brasil no ano de 2016. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=k9epS1\\_g0z4](https://www.youtube.com/watch?v=k9epS1_g0z4). Último acesso em: 28 jun. 2023.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 1993. Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>. Acesso em: 18 fev. 2025.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e transacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2025.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de

## História



RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil.* Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Celso da. A visão do Padre Antônio Vieira sobre a escravidão. *Mafuá*, Florianópolis, SC, Brasil, n. 16, 2011.

SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Lívia Maria Baêta da. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, uma perspectiva museológica e de gênero. I ENECULT, 2005. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiviaMariaBaetadaSilva.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de koto.* Salvador: Maianga, 2006.

SOUZA, Lisley Lourrany Nascimento. *Guia para a realização da oficina pedagógica.* Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2020.

SOUZA, David. *Educação antirracista: transformando consciências, construindo equidade.* Disponível em: <https://amz.onl/9aXujWC>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TAVARES, Fábio Liberato da Silva. História oral: um importante instrumento para o trabalho com gênero e história da cultura afro-brasileira. *Revista de História Bilros*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 192-197, jan.-jun. 2014.

VICENTINO, Cláudio Teláris. *História, 7º ano, ensino fundamental, anos finais.* 1. ed. São Paulo: Ática, 2018.



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



VIVER (BOA) MORTE. Direção: Eduardo Gomes. Produção: Eudes Scofield Freire. Cachoeira, BA, Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KyctEJwlSkg>. Último acesso em: 24 jun. 2023.

SITE GIFE. Acesso dos estudantes negros à educação ainda esbarra na falta de acolhimento. 2023. Disponível em: <https://gife.org.br/acesso-dos-estudantes-negros-a-educacao-ainda-esbarra-na-falta-de-acolhimento/#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Escolar%20de,20%C2%25%20s%C3%A3o%20brancos>. Acesso em: 18 fev. 2025.

**SOUZA, David.** Educação antirracista: transformando consciências, construindo equidade. Disponível em: <https://amz.onl/9aXujWC>. Acesso em: 19 fev. 2025.

